



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 08/12/2020 a 09/12/2020



Índice**Tribuna do Norte | RN**

TURISMO

Grupo vai discutir turismo sustentável nas cavernas de Felipe Guerra

Notícias - 08/12/2020

5

Blog da Juliska | RN

MERCADO

Diversificar mercados e ampliar consumo são principais desafios

Notícias - 08/12/2020

6

Blog a Fonte | RN

TURISMO

Dezembro encerra 2020 com estimativa crescente de passageiros e voos no aeroporto do RN

Notícias - 08/12/2020

7

Blog Thaisa Galvão | RN**Decreto do Estado faz recomendação a municípios e caberá às Prefeituras de Tibau do Sul e São Miguel a autorização dos réveillons de Pipa e Gostoso**

Notícias - 08/12/2020

8

Portal Agora RN | RN

PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO / MARCELO QUEIROZ

Maior desafio da retomada é o desemprego, diz presidente da Fecomércio

Notícias - 09/12/2020

9

Tribuna do Norte | RN**Inflação de novembro é a maior para o mês desde 2015**

Notícias - 09/12/2020

10

Tribuna do Norte | RN**Logística para vacinação custará R\$ 1,1 mi**

Notícias - 09/12/2020

11

Tribuna do Norte | RN**Com eventos cancelados, produtores têm prejuízos**

Notícias - 09/12/2020

12

Tribuna do Norte | RN**Câmara aprova projeto da 'BR do Mar'**

Notícias - 09/12/2020

13

Tribuna do Norte | RN**Ministro quer flexibilizar legislação trabalhista**

Notícias - 09/12/2020

14

Tribuna do Norte | RN**RN se encaminha para segundo pico**

Notícias - 09/12/2020

15

O Globo | SP**Inflação em alta complica a vida**

Notícias - 09/12/2020

16

Folha de São Paulo | DF



Técnicos da Economia já avaliam extensão da calamidade com 2ª onda Noticias - 09/12/2020	17
Folha de São Paulo DF Inflação é maior para novembro desde 2015 Noticias - 09/12/2020	18
O Estadão DF Novo relatório da PEC emergencial prevê economia abaixo da estimativa inicial Noticias - 09/12/2020	19
O Globo SP Gargalo na produção Noticias - 09/12/2020	20
O Globo DF Relator recua e retira flexibilização do teto da PEC emergencial Noticias - 09/12/2020	21
Folha de São Paulo SP Ajuda a estados supera em R\$ 363 bi perda com pandemia, diz economista Noticias - 09/12/2020	22
Folha de São Paulo RJ Oito capitais têm mais de 80% de lotação de UTIs para Covid-19 Noticias - 09/12/2020	23

RELATÓRIO

No clipping de hoje, colocamos em destaque as notícias sobre a alta na inflação, vacina e ocupação de leitos de UTIs para o tratamento de Covid-19. A Matéria do jornal Tribuna do Norte, na página 10 deste clipping, fala sobre a alta de 0,89% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em novembro. Segundo o texto, esse é o resultado mais elevado do mês desde 2015, o que pesou no orçamento das famílias no mês que antecede o período natalino.

Sobre a pandemia, a lotação dos leitos de UTIs para tratamento Covid-19 preocupa. O jornal Folha de São Paulo traz que oito capitais têm mais de 80% dos das unidades de tratamento ocupadas, sinal de alerta para a restrição de medidas de distanciamento. A movimentada Florianópolis, que vê na temporada de verão uma das suas principais fontes de receita, é a que mais preocupa, com 98% dos leitos públicos ocupados. Em seguida vem as capitais Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esta matéria está na página 23 do clipping.

No Rio Grande do Norte, produtores têm prejuízos com o cancelamento de eventos. Organizador de um dos mais tradicionais réveillons privados de Natal aponta falta de diálogo da Prefeitura com o segmento, no jornal Tribuna do Norte, na página 12 deste clipping. Ainda na mesma edição, o Tribuna traz matéria falando sobre a logística para vacinação. Previstas para chegarem ao Rio Grande do Norte no primeiro trimestre de 2021, as vacinas contra a covid-19 consumirão cerca de R\$ 1,195 milhão no que diz respeito à montagem de estruturas de transporte, armazenagem, refrigeração e distribuição. Esta matéria está na página 11 do clipping.

A Câmara aprovou projeto da 'BR do Mar', que libera progressivamente o uso de navios estrangeiros na navegação de cabotagem sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros. Liderado pelo Ministério da Infraestrutura, o BR do Mar tem o objetivo de melhor explorar o potencial da costa para o transporte de cargas. Esta notícia está na página 13 do clipping.

Ministro quer flexibilizar legislação trabalhista, é o que aborda a matéria do Tribuna do Norte na página 14 deste clipping. Guedes disse que o País precisa de um regime extraordinário para atender 40 milhões de "invisíveis" identificados durante a pandemia.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Grupo vai discutir turismo sustentável nas cavernas de Felipe Guerra **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/grupo-vai-discutir-turismo-sustenta-vel-nas-cavernas-de-felipe-guerra/497397>

Grupo vai discutir turismo sustentável nas cavernas de Felipe Guerra

Publicação: 20/08-13:08:10:50:09

O Rio Grande do Norte é o quarto estado brasileiro em quantidade de cavernas. O município de Felipe Guerra, na região Oeste, concentra boa parte delas e a prefeitura pretende realizar uma exploração turística sustentável nas estruturas. Para ajudar nesse processo, o senador Jean Paul Prates (PT) montou um grupo com arquitetos e outros especialistas, além de autoridades locais, para debater o tema e levar ideias à gestão municipal da cidade.

Créditos: Divulgação



Grupo vai discutir exploração turística de cavernas em Felipe Guerra

O biólogo potiguar Diego de Medeiros, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e coordenador da base do Rio Grande do Norte do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas, realiza estudos na região e também está no grupo de discussão criado por Jean. Diego é mestre em Ciências Biológicas e doutor em Sistemática e Evolução.

Ele explica que há algum tempo tem mantido contato com a Prefeitura de Felipe Guerra, além de Idema e outros órgãos parceiros, para produção do "Plano de Manejo Espeleológico" no Lajedo do Rosado. Trata-se um documento técnico que levanta dados sobre as cavernas, para orientar a exploração do local com o mínimo de impacto ao meio ambiente e o máximo de segurança aos visitantes. O Plano também dá permissão legal para a utilização das cavernas.

Diego de Medeiros conta que o local conhecido como Lajedo do Rosado, em Felipe Guerra, tem mais de 70 cavernas das mais de 350 presentes no município. "É a maior concentração de cavernas do estado e uma das maiores do Brasil", afirma o biólogo. Segundo ele, de total dessas cavernas, três estão com os estudos avançados para a obtenção do Plano de Manejo: a Carrapateira, a Catedral e a Crotes. A expectativa é de que se consiga essa autorização de uso no ano que vem.

A pedido do prefeito e vice eleitos da cidade, Salomão Gomes e Ubiracy Pascoal, Jean Paul montou um grupo para debater como essas estruturas podem ser exploradas turisticamente. "A região tem cavernas incríveis e pode se tornar um local de visitação. Vamos ajudar a prefeitura de Felipe Guerra a pensar como isso pode ser feito", acrescenta o parlamentar.

O biólogo Diego de Medeiros reforça que, por questões ambientais, atividades econômicas mais nocivas ao meio ambiente são proibidas por lei em locais com essas estruturas. Portanto, de acordo com o cientista, o turismo sustentável é a alternativa para os Municípios detentores de cavernas conseguirem uma maneira de arrecadar com esses espaços.

"Além de ser bom para a economia do Município, será mais um atrativo para o turista que vem ao Rio Grande do Norte e pros próprios potiguares", argumenta o senador.

Números

O Rio Grande do Norte reúne mais de 1.200 cavernas das cerca de 20 mil cadastradas no Brasil atualmente. "É o quarto estado com a maior quantidade. São cavernas com algumas centenas de milhares de anos", alerta Diego de Medeiros. Ainda de acordo com o biólogo, mais de mil dessas cavernas ficam na região Oeste potiguar.

"Nessa região, dois municípios se destacam: Baraúna, onde temos hoje o Parque Nacional da Furna Feia, e Felipe Guerra", detalha. Diego afirma que Felipe Guerra tem cerca de 350 cavernas. "E várias dessas têm potencial para o espeleoturismo (turismo de aventura que explora cavernas) e também potencial científico".

O biólogo adianta que outros estudos seguem em andamento no Lajedo do Rosado, com o objetivo de liberar mais cavernas para a exploração sustentável.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Diversificar mercados e ampliar consumo são principais desafios **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/diversificar-mercados-e-ampliar-consumo-sao-principais-desafios>



Diversificar mercados e ampliar consumo são principais desafios

Apesar de o Brasil ser o terceiro maior produtor de frutas do mundo, essa produção ainda não chega de forma expressiva nos principais mercados internacionais. O país ocupa a 20ª posição no ranking das nações mais exportadoras, sendo superado atualmente pelos vizinhos Chile, cujas exportações de frutas frescas giram em torno de US\$ 4,5 bilhões por ano, Equador e Peru que há 15 anos exportava cinco vezes menos que o Brasil e hoje fazem remessas cinco vezes maiores. Uma das saídas para reverter esse cenário passar por diversificar os mercados externos, na avaliação da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas).

O assunto entrou na pauta de discussões da Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada - Expofruit 2020, que começou nesta terça-feira (8), em Mossoró. O evento, que tradicionalmente ocorria em agosto, foi postergado para dezembro em função da pandemia da Covid-19, e por isso, esta edição ocorre em formato digital com transmissões online através do site da Expofruit <https://expofruit.com.br>.

Durante a abertura, o diretor institucional da Abrasfrutas, Luis Roberto Barcelos, reforçou a importância de o país diversificar as nações compradoras das frutas brasileiras, que estão 80% concentradas na Europa. "Como se trata de produto muito perecível, os produtores acabam tendo que vender a baixo custo quando não há demanda, pois não dá para estocar. Então, quanto mais mercado, maior a rentabilidade", argumenta Barcelos.

A abertura de novos mercados, no entanto, está longe de ser um desafio fácil de ser superado, pois envolve aspectos técnicos [como os fitossanitários para não proliferação de pragas endêmicas], econômicos e também políticos. "É muito importante o Brasil se manter neutro em questões internacionais para não prejudicar as exportações nacionais", enfatiza. Há décadas, o Brasil tenta fechar sem sucesso um acordo de livre comércio com a União Europeia.

Outro ponto para melhorar a rentabilidade seria a ampliação do mercado interno. Atualmente, o consumo per capita de frutas é de 56 quilos por ano. A média mundial está em patamares de 120 quilos por ano. Na Alemanha, a média sobe para 160 quilos. Incentivar o consumo brasileiro pode garantir um mercado promissor para os fruticultores, na visão da Abrasfrutas.

Ao lado do presidente do Comitê de Fruticultura do RN (Coex), Fábio Queiroga, e da reitora da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), Ludmilla Carvalho, o diretor do Sebrae no Rio Grande do Norte, João Hélio Cavalcanti, também participou da abertura da Expofruit 2020 e reforçou o papel da fruticultura para a economia do estado e manutenção de postos de trabalho em um ano atípico.

Mercado para o melão

"Diante de sua importância, a fruticultura precisa estar focada na questão da sustentabilidade, manutenção da agricultura familiar e diversificação de culturas, como o que está ocorrendo na região Oeste, com o plantio de morangos e figos, e, nas serras, pinha. O Sebrae acredita no potencial de outras frutas para atender um mercado tão promissor", afirma João Hélio.

Segundo João Hélio, a demanda por alimentos no mundo favorece a fruticultura nordestina e o Rio Grande do Norte tem um diferencial conquistado, que é o selo de Indicação Geográfica para o melão, e isso poderá ser usado para o estado assumir a liderança em outras culturas também.

Hoje, o melão do Rio Grande do Norte chega, além da Europa, a mercados, como Estados Unidos e Canadá, e está em negociação para atingir países asiáticos, como Filipinas e Vietnã. No caso da China, as primeiras exportações foram comprometidas em função da crise do novo coronavírus, mas o estado chegou a enviar remessas via transporte aéreo para o mercado chinês. As condições do Porto de Natal também foram alvo de críticas por parte dos produtores.

A Expofruit 2020 é uma realização do Coex, do Sebrae e Ufersa com o apoio de diversos parceiros. Para participar e conferir a programação completa do evento, basta acessar <https://www.expofruit.com.br/>.

Veículo: Blog a Fonte - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/12/20 - **Cidade/UF:** RN

Título: Dezembro encerra 2020 com estimativa crescente de passageiros e voos no aeroporto do RN **Impacto:** Neutro

Link: <https://blogafonte.com.br/2020/12/08/dezembro-encerra-2020-com-estimativa-cresce-nte-de-passageiros-e-voos-no-aeroporto-do-rn>

Este mês são esperados 165 mil passageiros e mais de 1 mil voos programados para a alta temporada. — Foto: Divulgação

O início da alta temporada no Rio Grande do Norte prevê o desembarque de 165 mil passageiros no Aeroporto Internacional de São Gonçalo em dezembro, apontam dados da Empresa de Promoção Turística Potiguar (EMPROTUR). Os números consideram a média de crescimento mensal do segundo semestre e o histórico de ocupação das aeronaves no mês. Em comparação a julho, por exemplo, o aumento dos voos é de 365%.

Estão programados 1.139 voos para este mês, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com um crescimento de 33% nos voos em relação a novembro. Dezembro mantém uma trajetória ascendente de recuperação da malha aérea do Rio Grande do Norte e encerra o ano com cerca de 68% da oferta de voos e assentos em comparação a 2019.

Apesar de o tráfego aéreo ser um dos setores mais afetados pela pandemia, a implementação de protocolos de segurança sanitária permitiu que as viagens fossem retomadas. Desde então, o RN tem trabalhado em paralelo na ampliação da malha aérea e em ser um destino seguro para turistas e moradores.

Para o diretor-presidente da Emprotur, Bruno Reis, o crescimento é o indicativo de que o Plano de Retomada do **Turismo do RN** está sendo bem executado. “O restabelecimento cada vez mais marcante da malha aérea é uma percepção valiosa para entender de que modo o Rio Grande do Norte trabalha para superar a crise. A alta temporada começa em dezembro e nosso foco é oferecer a melhor e mais segura experiência para os turistas e também garantir a segurança da população”, ressalta Reis.

MAIS SOBRE DEZEMBRO

Neste mês, o Aeroporto Internacional de São Gonçalo está conectado a 12 aeroportos de 8 estados, incluindo-se Guarulhos, Rio Galeão, Confins, Viracopos, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza. O documento da Inteligência da Emprotur também verifica que, no último mês de 2020, todas as companhias aéreas ampliaram sua oferta. Além disso, a partir de 18 de dezembro ocorre o retorno dos voos diários de Congonhas; a ligação com Salvador também passa a ter voos todos os dias.

Veículo: Blog Thaisa Galvão - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/12/20

Título: Decreto do Estado faz recomendação a municípios e caberá às Prefeituras de Tibau do Sul e São Miguel a autorização dos réveillons de Pipa e Gostoso **Impacto:** Neutro

Link: <https://www.thaisagalvao.com.br/2020/12/08/decreto-do-estado-faz-recomendacao-a-municipios-e-cabera-as-prefeituras-de-tibau-do-sul-e-sao-miguel-a-autorizacao-do-s-reveillons-de-pipa-e-gostoso>

Decreto do Estado faz recomendação a municípios e caberá às Prefeituras de Tibau do Sul e São Miguel a autorização dos réveillons de Pipa e Gostoso

[0] Comentários | Deixe seu comentário.

Da assessoria do Governo do Rio Grande do Norte, informações sobre decreto governamental suspendendo eventos patrocinados com verba pública, e recomenda aos municípios a decisão de permitir ou não, a realização de festas de réveillon.

O que deixa claro que o réveillon de Pipa está sob responsabilidade da Prefeitura de Tibau do Sul, e o de Gostoso, da Prefeitura de São Miguel do Gostoso.

Novo decreto suspende eventos de massa promovidos ou patrocinados pelo Estado

Governo do RN recomenda aos municípios suspensão de shows e eventos públicos ou privados de massa para evitar o avanço da propagação do novo coronavírus (Covid-19)

O Governo do Rio Grande do Norte editou, nesta terça-feira (8), o decreto nº 30.210 suspendendo os eventos promovidos ou patrocinados pelo Estado que impliquem em aglomeração de pessoas, a exemplo de eventos corporativos, técnicos, científicos, convenções, shows ou qualquer outra modalidade de evento de massa.

Além disso, o decreto assinado pela governadora Fátima Bezerra, que será publicado no Diário Oficial do Estado do RN de amanhã (9), recomenda aos municípios potiguares a adoção das medidas necessárias para a suspensão de shows e eventos públicos ou privados de massa. E, para dar apoio complementar ao cumprimento das ações recomendadas, o Governo disponibiliza aos municípios suas forças de segurança, por meio das operações do Programa Pacto pela Vida.

A decisão salienta ainda que o combate à pandemia e as medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, empresas e cidadãos.

DECRETO REVOGA PORTARIA CONJUNTA Nº026/2020

A atual determinação revoga a portaria conjunta nº 026/2020, GAC/SESAP/SEDEC/SETUR, de 21 de setembro de 2020, que tratava da retomada das atividades relacionadas ao setor de eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Ou seja, o atual decreto torna sem efeito os protocolos específicos estabelecidos para a retomada dessas atividades.



Veículo: Portal Agora RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Maior desafio da retomada é o desemprego, diz presidente da Fecomércio **Impacto:** Positivo
Link: <https://agorarn.com.br/ultimas/maior-desafio-da-retomada-e-o-desemprego-diz-quei-roz>

Maior desafio da retomada é o desemprego, diz presidente da Fecomércio

Para o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, ano termina um pouco melhor do que se imaginava quando o País virou o auge



Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio. Foto: João Almeida/Agência

Liderança robusta do segmento do comércio e serviços, o presidente da Federação do setor do Rio Grande do Norte (Fecomércio), Marcelo Queiroz, é uma bússola sempre que o mar anda revolto, como agora.

A pandemia deixou em frangalhos milhares de negócios, quando esses não fecharam as portas definitivamente, e tudo isso vem merecendo a reflexão de dirigentes como Queiroz diante de um 2021 que reserva os maiores desafios.

Com a iminência de uma vacinação em massa e de um oceano de incertezas ligadas ao fim do auxílio emergencial, o Agora RN conversou nesta terça-feira 8, sobre o futuro imediato, com o presidente da Fecomércio RN. Confira:

Agora RN – Como estamos terminando o ano do ponto de vista do comércio, dos serviços e do turismo do RN e quais as perspectivas para 2021?

Marcelo Queiroz – Olha, podemos dizer que estamos terminando o ano um pouco melhores do que imaginávamos quando estávamos no auge da pandemia. Já há sinais muito claros de recuperação, mas ainda há um caminho muito longo a percorrer.

Agora RN – E efetivamente, como o senhor recontaria este ano tão atípico?

Marcelo Queiroz – Para começar, quando analisamos as vendas do comércio postigas, tivemos, entre os meses de abril e julho, perdas que somam cerca de R\$ 900 milhões. A partir de agosto começamos a registrar crescimento e, entre agosto e setembro (último dado oficial disponível), recuperamos R\$ 182 milhões.

Agora RN – Qual a expectativa agora?

Marcelo Queiroz – Nossa expectativa é que em outubro e novembro tenhamos conseguido recuperar mais uns R\$ 200 milhões (os números oficiais, do IBGE, ainda não foram divulgados). Mesmo assim, ainda teríamos uns de R\$ 500 milhões em vendas perdidas ao longo do ano, um volume que certamente não teremos condições de recuperar apenas em dezembro. Isso só seria possível se amplássemos um crescimento da ordem de 25% nas vendas apenas no último mês do ano, algo praticamente impossível.

Agora RN – E o setor de serviços, qual o cenário?

Marcelo Queiroz – O setor de serviços, por sua vez, vem um pouco melhor. O turismo, por exemplo, é um dos segmentos que mais nos preocupa. Tomamos várias medidas. Secretaria em cursos específicos para capacitar empreendedores e colaboradores desse segmento, nós o oferecemos cerca de 1.500 vagas gratuitas, além de termos trabalhado, junto com o Governo do Estado, na elaboração do Plano de Retomada do Turismo para ajudar na recuperação. Mas este é um setor que depende diretamente da percepção das pessoas em relação a se sentirem seguras diante da doença.

Agora RN – Está dando certo?

Marcelo Queiroz – Mesmo com o RN tendo conseguido, de maneira pioneira e graças à nossa parceria com o Governo e outras entidades do trade, um setor que antes sempre um desafio com excelência em biosssegurança, o que temos visto é que ainda não há uma retomada plena. A Covid-19 continua sendo um limitador poderoso para isto. Para 2021, nossa expectativa é de seguirmos avançando.

Agora RN – O senhor mesmo costuma dizer que há muitas demandas reprimidas que precisarão ser atendidas, mas que não será um caminho simples.

Marcelo Queiroz – Realmente, temos demandas reprimidas, já que as pessoas deixaram de comprar alguns bens, por insegurança quanto ao futuro e, também, deixaram de viajar, por exemplo. Eles podem, a nosso ver, sustentar o setor produtivo ao longo de 2021.

Agora RN – O que será preciso fazer?

Marcelo Queiroz – Precisamos manter os cidadãos e respeitar os protocolos sanitários, até que a vacina seja uma realidade para a maioria da população, de modo a que possamos retomar de fato nossas vidas normais. Temos grandes desafios a enfrentar. O maior deles é o desemprego, que já atingiu quase 240 mil podiquetes.

Agora RN – Tem algum caminho para isso?

Marcelo Queiroz – Precisamos fazer a economia girar para que possamos absorver estas pessoas. Este será o nosso grande desafio. Mas tenho certeza de que o setor de comércio, serviços e turismo, que responde por quase 75% dos empregos formais do estado e por mais de 65% do ICMS recolhido lá, mais uma vez, ser a locomotiva desta retomada do crescimento.



ÚLTIMAS

Confira a coluna de Alex Viana desta quarta-feira 9
08/12/2020 às 08:38

Esportiva: Maior desafio da retomada é o desemprego, diz presidente da Fecomércio
08/12/2020 às 08:38

Tenista: Rafaeli assina contrato com Monza de 2º divisão do tênis italiano
08/12/2020 às 22:09

Calvo: Premiado em Gramado, Todos os Mortos chega aos cinemas com trama sobre o resgate no Brasil
08/12/2020 às 22:44

Judiciário: Parlamentares vão Justiça para emitir portaria que aprova fiscalização de licenças
08/12/2020 às 21:33

Paraná: Representante do PDI celebra uso do PDI aos fins de semana
08/12/2020 às 21:08

Declaração: Pazuello: acelerar vacinação é justa, mas não podemos abrir mão de segurança
08/12/2020 às 20:38

Declaração: Para Paulo Guedes Brasil escapou de ameaça de depressão
08/12/2020 às 20:29

Nota-público: Em parecer, Sérgio Moro faz críticas investigado por corrupção
08/12/2020 às 19:08

Polícia: Deputado vota às redes cobrar justiça para os assassinatos de Marielle e Anderson
08/12/2020 às 18:48

LEIA MAIS EM

CUIDA! do VOU sua fan



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Inflação de novembro é a maior para o mês desde 2015 **Impacto:** Neutro

economia

TRIBUNA DO NORTE

TELEFONES 0705
0800 1211-2100
Povoado: 070-6666
Povoado: 070-9090
DE RN: 070-3000

BIDEN PROMETE VACINAR 100 MILHÕES DE AMERICANOS NOS PRIMEIROS 100 DIAS. PÁGINA 8

SALÁRIO-MÍNIMO
R\$ 1.140,00
TAXA SELIC
2,07%

NA TV ONLINE
Navegue e visualize as notícias de jornalismo de Brasil e do mundo, em tempo real.

Inflação de novembro é a maior para o mês desde 2015

«IPCA» Com a alta de 0,89% em novembro, taxa acumulada pelo IPCA amplo em 12 meses foi a 4,31%, ante uma meta de 4% do Banco Central

DANIELA AMORIM
Agência Estado

A alta de 0,89% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em novembro foi o resultado mais elevado para o mês desde 2015, quando aumentou 1,01%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em outubro, o aumento foi de 0,86%. Considerando todos os meses, a taxa foi a mais elevada desde dezembro de 2019, quando subiu 1,15%. Em novembro de 2019, o IPCA ficou em 0,51%.

Com o resultado de novembro de 2020, a taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses ascendeu de 3,92%, em outubro, para 4,31%, ante uma meta central de 4% perseguida pelo Banco Central este ano que tem margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima (índice de 2,50% a 5,50%). A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 3,13%.

Os dados do IBGE apontam que as famílias brasileiras gastar em 1,33% a mais com transportes em novembro, um impacto de 0,26 ponto percentual sobre o IPCA Amplo. As altas nos custos da alimentação e transportes responderam por 89% do IPCA de novembro. "A gasolina está em alta há seis meses, o que também está refletido", observou Pedro Kislanov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE.

A gasolina subiu 1,64% em novembro, segundo item de maior impacto sobre a inflação do mês, 0,08 ponto percentual, atrás apenas das carnes (0,38 ponto percentual). O vealão teve uma alta de 0,23%, o terceiro maior impacto no IPCA de novembro, 0,06 ponto percentual.

Os contribuintes ficaram 2,44% mais curtos no mês. Houve aumento ainda nos automóveis novos (1,05%) e usados (1,25%). A passagem aérea subiu 3,22%. A tarifa de ônibus urbano teve queda de 0,15%, em consequência da redução de 3,19% nas tarifas praticadas em Porto Alegre desde 9 de novembro.

Alimentos em alta

As famílias voltaram a gastar mais com alimentos no mês de novembro. O grupo Alimentação e bebidas saiu de uma eleva-



A gasolina subiu 1,64% em novembro, segundo item de maior impacto sobre a inflação do mês

IPCA EM 2020

Período	Taxa
Novembro/2020	0,89%
Outubro/2020	0,86%
Novembro/2019	0,51%

Acumulado no Ano
3,13%

Acumulado nos 12 meses
4,31%

Alimentação e bebidas subiu 12,14% no acumulado de janeiro a novembro 2020. Em 12 meses, alimentação e bebidas aumentaram 15,64%.

"No final do ano passado, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e início deste ano estava muito relacionado a um item específico, que eram as carnes. Agora a gente tem alta dos alimentícios, mas uma difusão maior, mais itens: batata, tomate, óleo de soja, arroz. No acumulado do ano desses itens todos você vê altas de mais de 60% em muitos casos, em alguns casos até de 100%", disse Kislanov. "Com a redução do dólar, a melhora do cenário econômico, uma eventual retirada do auxílio emergencial, pode ser que tenha arrefecimento dos preços alimentícios em particular", completou.

Deflação

Apenas dois dos nove grupos que integram o IPCA Amplo registraram deflação em novembro, segundo o IBGE. Os recuos ocorreram em Saúde e Cuidados Pes-

soais (-0,13%) e Educação (-0,02%). No grupo Saúde e Cuidados Pessoais, os preços dos perfumes caíram 1,90% e dos artigos de maquiagem recuaram 7,44%. Por outro lado, os produtos para pele subiram 2,25%, contribuíram com 0,01 ponto percentual para o IPCA de novembro.

Houve aumentos de preços nos grupos Alimentação e Bebidas (2,54%), Habitação (0,44%), Artigos de Residência (0,86%), Vestuário (0,67%), Transportes (1,33%), Despesas Pessoais (0,01%) e Comunicação (0,29%). Nos Artigos de Residência, TV, som e informática caíram 1,02%, mas eletrodomésticos e equipamentos subiram 0,72% e itens de mobiliário aumentaram 1,48%. No grupo Vestuário, houve quedas nos preços das roupas masculinas (-0,33%) e dos calçados e acessórios (-0,39%), mas alta nas joias e bijuterias (0,66%).

Em Habitação, as maiores pressões partiram do aluguel residencial (0,44%) e do gás de botijão (0,37%), cada um com impacto de 0,02 ponto percentual sobre o IPCA de novembro. O gás encanado subiu 1,57%, em consequência do reajuste de 25% nas tarifas no Rio de Janeiro retroativo a 1º de novembro. A taxa de água e esgoto aumentou 0,32%, em função de reajustes em uma das concessionárias de Porto Alegre e em Belo Horizonte. A energia elétrica teve ligeira alta de 0,01%.

Todas as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE apresentaram altas de preços em novembro. O maior resultado foi o do município de Goiânia (1,24%), enquanto o mais baixo foi registrado em Brasília (0,35%).

“Não dá para dizer que há pressão de demanda”

Ainda não há sinais de pressão de demanda sobre a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) afirmou Pedro Kislanov, da Conta, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A inflação de serviços dentro do IPCA desacelerou de uma alta de 0,55% em outubro para um avanço de 0,39% em novembro.

Tem 22 subítem de serviços com alta em novembro, ante 24 subítem em outubro, mais ou menos o mesmo patamar. A desaceleração na inflação de serviços foi precedida pelas passagens aéreas", apontou Kislanov. As passagens aéreas saíram de uma elevação de 39,83% em outubro para 3,22% em novembro.

“Não dá para dizer que tem pressão de demanda. Estamos num momento de recuperação econômica. O PIB cresceu 7,7% no terceiro trimestre, mas ainda não foi suficiente para recuperar a queda da pandemia. Tem mais de 14 milhões de desempregados, a massa de rendimentos ainda está menor que no ano passado. Então a economia está em recuperação, mas ainda não zero as perdas da pandemia”, justificou Kislanov, que espera um possível reflexo de demanda sobre os preços da economia quando houver um movimento mais significativo de retomada e de contratações. “No momento, a gente ainda não sente esse reflexo sobre a inflação”, disse.

O índice de difusão do IPCA, que mostra o percentual de itens com aumentos de preços, deceu

de 68% em outubro para 67% em novembro. Por outro lado, entre os itens alimentícios, a difusão cresceu de 73% em outubro para 80% em novembro. Ou seja, há menos itens não alimentícios com reajustes em novembro do que em outubro, o que pode refletir as promoções da campanha Black Friday no varejo.

“Pode ser, a gente não tem como afirmar isso. A queda de novembro foi bastante modesta no dia 27 de novembro, dia da Black Friday, mas houve algumas promoções ao longo do mês. Pode ter efeito de Black Friday e de alguns descontos que foram concedidos”, afirmou Kislanov. Ainda no IPCA, a inflação de bens e serviços monitorados pelo governo saiu de uma elevação de 0,23% em outubro para alta de 0,41% em novembro.

PEDRO KISLANOV
Gerente do sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Logística para vacinação custará R\$ 1,1 mi **Impacto:** Neutro

NO FACEBOOK
Linha de comunicação
a cargo de Mônica
facebook.com/tribnorte

TEMPO HOJE
09/12/2021
Tem com alguns nuvens e chuva
possibilidade de vento de 4 a 6 km/h
Temperatura: 24°C

TÁBUA DE MARÉS
Pau de Sol
09:00 - 1:30
09:00 - 1:30 - 09:00 - 1:30

EVENTOS PÚBLICOS PATROCINADOS PELO GOVERNO DO ESTADO NESTE FINAL DE ANO SÃO CANCELADOS - PÁGINA 11

NA TV ONLINE
Linha de comunicação:
da TRIBUNA DO NORTE
tribunadonorte.com.br

TRIBUNA DO NORTE
natal
Editor: Ricardo Araújo [marcas@tribunadonorte.com.br] Natal - Rio Grande do Norte - Quarta-feira, 09 de dezembro de 2020

Logística para vacinação custará R\$ 1,1 mi

« PANDEMIA » Governo do Rio Grande do Norte receberá verba do Ministério da Saúde para viabilizar a estrutura de recebimento, armazenamento, refrigeração e distribuição das vacinas a partir de março de 2021

MARIANA CECI
Repórter
RICARDO ARAÚJO
Editor

Revistas para chegarem ao Rio Grande do Norte no primeiro trimestre de 2021, as vacinas contra a covid-19 consumirão cerca de R\$ 1,195 milhão no que diz respeito à montagem de estruturas de transporte, armazenamento, refrigeração e distribuição. O recurso foi garantido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria Nº 3.248/2020, publicada no Diário Oficial da União semana passada. Nesta terça-feira (8), o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, garantiu à governadora Fátima Bezerra, durante reunião presencial no Palácio do Planalto, em Brasília, que a logística de distribuição nacional das vacinas está pronta e será apresentada em breve.

"Precisamos de datas e um calendário definido com as etapas e fases prioritárias. Isso requer urgência. É necessário também incluir entre as prioridades os professores e profissionais da educação", afirmou a governadora após a reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Fátima Bezerra registrou que as ações que cabem aos Estados estão sendo realizadas. "A logística de distribuição, os equipamentos e insumos necessários para aplicação da vacina, tudo isso está sendo providenciado pelos Estados", declarou a governadora.

De acordo com a Secretária de Estado da Saúde Pública (Sesap), o Governo do Estado articulou junto aos municípios, na Comissão Intergestores Bipartite, a utilização da verba disponibilizada pelo Ministério da Saúde (R\$ 1.195.000,00) para montar as estruturas de conservação, distribuição e aplicação com equipamentos de refrigeração, transporte e conservação de vacinas, capacitação dos vacinadores, para centros em Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Mossoró. "O Estado fará adição de taxa de registro de preço e repassará os equipamentos aos municípios", explicou Maura Sobreira, secretária adjunta da Sesap, que acompanha a governadora Fátima Bezerra em Brasília.

Plano
Apesar de ter iniciado a negociação para aquisição direta da Coronavac com o Govern



Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello (de costas), recebeu governadores de diversos Estados brasileiros nesta terça (8) em Brasília

Precisamos de datas e um calendário definido com as etapas e fases prioritárias. Isso requer urgência. É necessário também incluir entre as prioridades os professores e profissionais da educação"

FÁTIMA BEZERRA
Governadora do RN
"Precisamos de datas e um calendário definido com as etapas e fases prioritárias. Isso requer urgência. É necessário também incluir entre as prioridades os professores e profissionais da educação"

do de São Paulo, o Governo do Rio Grande do Norte não descartou seguir o Plano Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde. Em nota enviada à TRIBUNA DO NORTE nesta terça-feira (8), a Sesap afirmou que "não descartamos outras possibilidades para que a população seja imunizada e não tenhamos mais vítimas fatais da Covid-19", e que foi a busca por uma "alternativa ágil e segura para vacinação do povo potiguar" que fez com que a governadora decidisse iniciar também as negociações paralelas com o Governo do Estado de São Paulo.

O principal argumento do Poder Executivo potiguar para adesão ao PNI "é evitar a incerteza na vacinação entre os Estados, que poderiam ser prejudicados diante de uma negociação com outros que apresentassem maior poder econômico."

Coronavac
O RN foi o 10º Estado a entrar na disputa direta pela aquisição da Coronavac, desenvolvida pelo laboratório Sinovac, que possui parceria com o Instituto Butantan, em São Paulo. Fátima Bezerra deverá viajar para São Paulo nos próximos dias para discutir a viabilidade da aquisição direta das imunizações com o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas.

"Não vamos medir esforços para garantir a vacinação e a imunização da população do nosso Estado. Nossa expectativa é de que o Governo Federal passe a agir com celeridade para que possamos ter vacinas seguras e em quantidade suficiente para os Estados iniciarem o mais rápido possível o processo de vacinação. O Rio Grande do Norte precisa e deve ser imunizado. Ninguém, nenhuma autoridade deste país, tem o direito de agir neste momento por ideologia. A vacina é imprescindível para a saúde do nosso povo. O momento é de cuidar da saúde da população e preservar vidas", sublinhou a governadora do Rio Grande do Norte.

A Arviva vai precisar de um tempo cumprindo essa missão, quando colocarmos uma vacina, seremos nós os responsáveis", explicou o ministro. A intenção de compra é de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer/BioNTech. Pazuello pediu a união dos governadores e garantiu que o Ministério da Saúde está empenhado também na aquisição de seringa, agulhas e reforço da rede de frio das salas de imunização. "Nós vamos vacinar todo mundo na maior velocidade possível", concluiu.

VEJA MAIS
Aponte a câmera do seu celular e acesse a Portaria Nº 3.248 de 7 de dezembro de 2020

RECURSOS
Veja abaixo valores destinados aos Estados através do Projeto Rede PNI, que estruturará a logística da vacinação contra a covid-19.

Acre:	R\$ 1.365.900,00
Alagoas:	R\$ 1.031.450,00
Amazonas:	R\$ 1.131.450,00
Amapá:	R\$ 1.067.400,00
Bahia:	R\$ 1.395.800,00
Ceará:	R\$ 1.078.300,00
Distrito Federal:	R\$ 2.263.400,00
Espírito Santo:	R\$ 1.836.000,00
Espe:	R\$ 1.071.950,00
Maranhão:	R\$ 1.529.800,00
Minas Gerais:	R\$ 2.285.450,00
Mato Grosso do Sul:	R\$ 1.258.550,00
Mato Grosso:	R\$ 1.259.550,00
Pará:	R\$ 1.078.550,00
Paraná:	R\$ 1.128.600,00
Pernambuco:	R\$ 1.092.200,00
Piauí:	R\$ 1.131.450,00
Pernambuco:	R\$ 1.092.200,00
Rio de Janeiro:	R\$ 4.875.850,00
Rio Grande do Norte:	R\$ 1.195.500,00
Roraima:	R\$ 1.031.450,00
Rorônia:	R\$ 1.067.400,00
Santa Catarina:	R\$ 1.366.800,00
Sergipe:	R\$ 1.031.450,00
São Paulo:	R\$ 1.366.650,00
Tocantins:	R\$ 1.131.450,00
Total:	R\$ 59.419.950,00

Estado reúne empresários e pede apoio

O Governo do Estado retomou o Pacto pela Vida, que conta com uma série de medidas protetivas e de orientação à população a fim de evitar o avanço da propagação do novo coronavírus. Após a governadora se reunir com os gestores municipais, na segunda-feira (7), das regiões Metropolitana de Natal, Agreste, Oeste e Alto Oeste para tratar das novas ações e evitar o crescimento de novos casos que vem ocorrendo nos últimos 15 dias, ao final do dia foi a vez do vice-governador, Antenor Roberto, dialogar com o setor produtivo, empresários do comércio e de serviços, também por videoconferência, para alinhar as condutas de enfrentamento ao vírus.

"Todos estamos preocupados com esse cenário. Não estamos em estado de alarme e podemos salvar o que foi conquistado até agora. Por isso, precisamos continuar trabalhando juntos nesse sentido", disse o vice-governador. Ele acrescentou que, apesar da taxa de óbitos não ser tão elevada como no início da pandemia, as taxas de ocupação em leitos críticos - com destaque para a região Oeste, em Mossoró e Pau dos Ferros - estão aumentando, e é necessário fortalecer mais as medidas de segurança sanitária.

Dentre as medidas já em andamento pelo Governo estão a reversão de 89 leitos para atendimento a pacientes Covid-19, sendo 53 de UTI 36 clínicos, e a adoção de medidas a partir da recomendação do Comitê Científico do RN. As ações abrangem também a realização do Inquérito Sorológico e a testagem de forma ampliada, o fortalecimento da vigilância em saúde, recomendações aos empregadores (vigilância e saúde do trabalhador), além de orientações acerca das festas de fim de ano e realização de eventos.

O governo reiterou a parceria com o setor de comércio, que vem sendo realizada desde o começo da pandemia, e eles se comprometeram em manter os padfres sanitários nos estabelecimentos comerciais. Salientaram a importância da fiscalização, que a princípio deverá ser de orientação, para depois, se não cumpridas as normas de segurança sanitárias, poderão ser revertidas em multas para os estabelecimentos. Também reiteraram a importância da estratégia de comunicação com a sociedade apresentada como uma das medidas de combater ao coronavírus pelo governo, já que o comportamento das pessoas também influencia bastante na disseminação do vírus. Os representantes do setor de comércio e serviços deixaram claro que não querem retrocessos para as atividades comerciais.

PÁGINA 10
Média diária de novos casos duplica no RN

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Com eventos cancelados, produtores têm prejuízos **Impacto:** Neutro

Com eventos cancelados, produtores têm prejuízos

«FRUSTRAÇÃO» Organizador de um dos mais tradicionais réveillons privados de Natal aponta falta de diálogo da Prefeitura com o segmento

KCARO CARVALHO
Repórter

faltando pouco mais de três semanas para a chegada de 2021, tradicionais festas de réveillon na vila urbana de Natal começam a ser canceladas, consequência da decisão da Prefeitura de Natal em decreto publicado no final da semana passada. A frustração de quem adquiriu o ingresso, mas que não poderá mais ir ao evento, se transformou numa preocupação para os produtores que precisam devolver os valores pagos. Em Pipa e São Miguel do Gostoso, o cenário ainda é de incertezas. As Prefeituras dessas cidades esperam por um decreto do Governo do Estado, que irá normatizar a realização ou não das festividades. Por enquanto, os sites das festas de réveillon nessas localidades seguem vendendo ingressos e alguns anunciam até "últimos disponíveis".

Nesta terça-feira (8), pelo menos três grandes eventos que estavam programados para acontecer em Natal nos próximos dias foram adiados ou cancelados. A tradicional festa de música eletrônica Hiperfesta, prevista para acontecer no próximo sábado (12) anunciou o adiamento e detalhou, em postagem na rede social oficial do evento, que "quem adquiriu o ingresso já está com o passaporte confirmado para a edição em maio/2021".

A festa Praia de Marim Betê, que reúne cantores de pagode das décadas de 1980 e 2000, também foi cancelada. O Réveillon da Praia, que irá acontecer na Via Costeira, foi o último a ingressar na lista. O cancelamento dos eventos levou em consideração recente decreto da Prefeitura de Natal, no último dia 5, que proibiu eventos com mais de 50 pessoas.

"Eu lamento que não exista isonomia entre os setores por parte do poder público, porque não existiu maiores eventos do que em comícios, carnais e encontros em bairros. Nada foi maior do que aquilo durante o mês de outubro e até as eleições. Nos pegou de surpresa a medida publicada no Diário do sábado sem nenhuma discussão com os produtores, sem nenhuma chance de apresentarmos alguma solução. Não que sejamos contra as medidas preventivas a esse avanço da doença, nem ir responsáveis em realizar eventos que possam prejudicar a vida. Mas, por quê só o nosso se-



Hotéis da Via Costeira de Natal são endereço certo para festas de virada de ano na capital do RN

Adotar medidas mais restritivas. Não é esse o desejo da Prefeitura. O objetivo é salvar vidas e manter os negócios funcionando, ainda que com restrições, até que tenhamos uma vacina ou uma situação de controle da pandemia".

O mesmo aconteceu em Paranamirim, que possui uma das praias de maior procura pelos turistas, Pirangi. A Prefeitura Municipal já declarou que não fará festas oficiais de fim de ano e sinalizou que festas de veraneio e o carnaval também deverão ser suspensas. No interior, a cidade de Cruzeta decretou o fechamento de bares por 15 dias e também proibiu festas de fim de ano e cancelou a quema de fogos.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH/RN), José Odécio Rodrigues Júnior, disse que a entidade intercalou os dois pontos em diálogo com a Prefeitura de Natal para que não haja "dubiedades" no decreto, uma vez que, em hotéis da cidade, há a possibilidade de promoção de eventos de estabelecimentos para os hóspedes.

"Os hotéis, geralmente, fazem festas para seus convidados. Então, é importante deixar claro que os hóspedes já estão nos hotéis, então é comum que haja alguma animação nesse sentido. O decreto ficou difícil e estamos tentando fazer com que haja um esclarecimento acerca de determinadas questões para evitar maiores prejuízos, porque este turista já vai estar hospedado. Ele já vai estar na área de lazer, no restaurante, cumprindo os protocolos feitos pelas autoridades. Os hotéis estão cumprindo os protocolos", defendeu.

chegamos a situação de ter de

Outros eventos são uma incógnita

Noca de São Miguel do Gostoso, a secretária de Turismo Jaqueline Linhares disse que ainda não é possível confirmar se os eventos privados na cidade serão cancelados. Ela comentou que o projeto por parte da organização da festa chegou a ser aprovado pelo Governo do Estado, mas um retorno na última segunda-feira (7), entre representantes do Poder Executivo estadual, municipais e órgãos de controle, como o Ministério Público do RN, trouxe discussões quanto ao atual momento da pandemia, o que ainda forma a realização do evento incerta.

"São Miguel do Gostoso, assim como está hoje, sempre seguiu os decretos estaduais. Então, até o presente momento, estamos esperando para saber qual será a decisão desse novo decreto que ficou de ser elaborado para tomarmos uma decisão", disse Jaqueline Linhares. O fim de ano em São Miguel do Gostoso movimentou pelo menos R\$ 15 milhões e gera 300 empre-

gãos de forma direta, sem contar os indiretos. O evento seria para 3.000 pessoas. Em São Miguel do Gostoso, um site oferece ingressos com pelo menos cinco festas com artistas como Dennis DJ, Thiaguinho, Pedro Sampaio, entre outros. Os eventos estão programados para acontecerem entre 27 de dezembro de 2020 e 2 de janeiro de 2021. O preço individual varia entre R\$ 790 e R\$ 1.190. Há

ESTADO SUSPENDE EVENTOS PATROCINADOS

O Governo do Rio Grande do Norte editou, nesta terça-feira (8), o decreto nº 30.280 suspendendo os eventos promovidos ou patrocinados pelo Estado que impliquem em aglomeração de pessoas, a exemplo de eventos corporativos, técnicos, científicos, convenções, shows ou qualquer outra modalidade de evento de massa.

Além disso, o decreto assinado pela governadora Fátima Bezerra, que será publicado no Diário Oficial do Estado do RN de desta quarta-feira (9), recomenda aos municípios potiguar a adoção das medidas necessárias para a suspensão de shows e eventos públicos ou privados de massa. E, para dar apoio complementar ao cumprimento das ações recomendadas, o Governo disponibiliza aos municípios suas forças de segurança, por meio das operações do Programa Pacto pela Vida.

A decisão salienta ainda que o combate à pandemia e as medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, empresas e cidadãos.

REVOGAÇÃO

A atual determinação revoga a portaria conjunta nº 028/2020, GAC/SE/AM/SEC/SETUR, de 21 de setembro de 2020, que tratava da retomada das atividades relacionadas ao setor de eventos corporativos, técnicos, científicos e convenções no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Ou seja, o atual decreto torna sem efeito os protocolos específicos estabelecidos para a retomada dessas atividades.

TRECHO DA NOTA DO GOVERNO

gos de forma direta, sem contar os indiretos. O evento seria para 3.000 pessoas. Em São Miguel do Gostoso, um site oferece ingressos com pelo menos cinco festas com artistas como Dennis DJ, Thiaguinho, Pedro Sampaio, entre outros. Os eventos estão programados para acontecerem entre 27 de dezembro de 2020 e 2 de janeiro de 2021. O preço individual varia entre R\$ 790 e R\$ 1.190. Há

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Câmara aprova projeto da 'BR do Mar' **Impacto:** Neutro

4 Natal - Rio Grande do Norte
Quarta-feira, 09 dezembro de 2020

política

TRIBUNA DO NORTE

Câmara aprova projeto da 'BR do Mar'

« LEGISLATIVO » Deputados concluíram votação da proposta que incentiva a navegação entre portos nacionais e que busca aumentar a oferta de embarcação neste tipo de transporte. Texto segue agora para o Senado

A Câmara dos Deputados finalizou a votação do projeto de lei que incentiva a navegação na costa brasileira, batizado de BR do Mar. O texto segue agora para o Senado. Liderado pelo Ministério da Infraestrutura, o BR do Mar busca aumentar a oferta de embarcações para cabotagem - navegação entre os portos - com o objetivo de melhor explorar o potencial da costa para transporte de cargas -, promover um ambiente de maior concorrência e reduzir custos no setor.

Entre outras medidas, o projeto libera progressivamente o uso de navios estrangeiros na navegação de cabotagem sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros. A partir da publicação da futura lei, as empresas poderão afretar uma embarcação a casco nu, ou seja, alugar um navio vazio para uso na navegação de cabotagem.

Foi aprovado o parecer do relator, deputado Gurgel (PSL-RJ), que aumenta de três para quatro anos o tempo de transição de navios estrangeiros para livres. Assim, depois de um ano da vigência da lei, poderão ser dois navios; no segundo ano de vigência, três navios; e no terceiro ano da mudança, quatro navios. Daí em diante, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

A NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

- Empresa Brasileira de Navegação (EBN)**
 Pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede no País, que tenha por objeto o transporte aquaviário, e que esteja autorizada a operar pela Antaq. Pode ser de capital 100% estrangeiro
- Afretamento de navio**
 É quando uma empresa contrata uma embarcação de outra empresa
- Armação de um navio**
 É prover o navio do necessário à sua operação (tripulação, por exemplo)
- Afretamento a casco nu**
 É quando a EBN que afretou o navio faz a sua arruação. É como o aluguel de um caminhão, onde o usuário é quem o dirige, carrega etc. Quem opera o navio é a EBN. Neste tipo de contrato o navio deve ser registrado no Brasil, passando a arvorar a bandeira brasileira
- Afretamento por tempo**
 É quando a EBN contrata o serviço de um terceiro. É como contratar um caminhão de mudança, onde o motorista e os ajudantes são da empresa de mudança. Quem opera o navio é o terceiro. Neste tipo de contrato o navio continua com o registro do país de origem, em geral um dos países com baixa tributação
- A bandeira de embarcação**
 É o país onde o navio está registrado. O navio segue as regras do país onde está registrado (tributárias, trabalhistas, etc.). Não confundir com o país onde a embarcação foi construída

Fonte: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
Data: 15/10/2020



Projeto libera progressivamente o uso de navios estrangeiros na navegação

As embarcações deverão navegar com suspensão da bandeira de origem. A bandeira do país vincula diversas obrigações legais, desde comerciais, fiscais e tributárias até as trabalhistas e ambientais. Empresas brasileiras também poderão operar com esses navios estrangeiros sem precisar contratar a construção de navios no Brasil.

Outra novidade no texto do relator é a dispensa de autorização para afretar navio estrangeiro por viagem ou por tempo, a ser usada na navegação de cabotagem em substituição a outra que esteja em reforma nos estalei-

ros nacionais ou estrangeiros.

O governo espera que, com o projeto, a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação seja ampliada em 40% nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados. O Ministério da Infraestrutura também aposta na ampliação do volume de contêineres transportados por ano até 2022 em 65%, além da expectativa de que a navegação de cabotagem passe a crescer 30% ao ano com as mudanças.

O projeto foi apresentado pe-

lo governo em agosto. O texto-base foi aprovado por 324 votos a 114 na noite da última terça-feira, 7, e parte dos destaques (que têm potencial de alterar o projeto) foram analisados até a madrugada desta terça. Por fim, a Câmara finalizou nesta tarde a votação dessas sugestões de alteração ao texto.

Um dos pilares do projeto é aumentar a concorrência por meio da flexibilização dos afretamentos (aluguel) de embarcações estrangeiras - tanto no formato "a tempo" (quando a bandeira do país de origem é mantida e os cus-

tos da operação são menores) como no modo "casco nu" (quando o navio passa a operar com bandeira brasileira). Hoje, as regras para afretamento são consideradas restritivas. Como os custos para manter uma frota são altos, o segmento ficou concentrado em poucas companhias.

Hoje, uma empresa pode alugar um navio e manter a bandeira estrangeira (a tempo) quando não há embarcação brasileira equivalente disponível. O BR do Mar prevê novas formas de afretamento nesse formato. A ideia é reduzir custos, uma vez que ao

não suspender a bandeira, a embarcação não precisa adaptar-se às regras brasileiras. Para acessar as novas modalidades de afretamento a tempo, por sua vez, a empresa brasileira de navegação só poderá afretar navios que sejam de sua subsidiária integral estrangeira.

O BR do Mar também flexibiliza as regras para aluguel de embarcação com a suspensão da bandeira de origem. Após quatro anos da sanção da lei, as empresas poderão afretar nessa modalidade mesmo sem terem navios brasileiros próprios.

« AJUSTES »

Veículo: Tribuna do Norte - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/12/20 - Cidade/UF: Natal / RN
Título: Ministro quer flexibilizar legislação trabalhista Impacto: Neutro

TRIBUNA DO NORTE

geral

Natal - Rio Grande do Norte
Quarta-feira, 09 de dezembro de 2020 7

Ministro quer flexibilizar legislação trabalhista

« EMPREGO » Guedes disse que o País precisa de um regime extraordinário para atender 40 milhões de "invisíveis" identificados durante a pandemia

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu, nesta terça-feira (8), flexibilizar a legislação trabalhista para atender aos vulneráveis depois da pandemia do novo coronavírus. "Não vamos tirar direitos de ninguém na legislação trabalhista, mas precisamos de um regime extraordinário de um ou dois anos", disse o ministro. Segundo ele, o governo vai propor o programa Verde Amarelo para "reconhecer" os 40 milhões de invisíveis que foram "descobertos" durante a pandemia. São pessoas que não estavam em nenhuma lista de programas sociais do governo e por isso sequer tinham conta em banco, acesso regular à internet, ou CPF ativos.



Paulo Guedes afirma que programa Verde Amarelo será usado para reconhecer "os invisíveis"

A democracia brasileira funciona, apesar de todo o barulho. Articuladamente, o Brasil escapou da ameaça de depressão econômica. No primeiro ano, escapamos do abismo fiscal; no segundo ano, escapamos da ameaça de "depressão", afirmou, no seminário "Diálogo entre os poderes para retomada econômica do País", organizado pelo Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja).

« Não vamos tirar direitos de ninguém na legislação trabalhista, mas precisamos de um regime extraordinário de um ou dois anos. »

PAULO GUEDES
Ministro da Economia

Ele afirmou que, se a economia "anda errada", acaba havendo uma pressão excessiva sobre o Judiciário e o Legislativo. "Há uma pressão sobre o Legislativo em busca de leis e desconexões, empurrando uma pressão sobre o Judiciário para os contenciosos. Quando os impostos são excessivamente elevados e prebendos como injustos, quem tem poder político consegue lecionar e quem tem poder elevado consegue contenciosos e preferir pagar R\$ 100 milhões em um escritório de advocacia do que R\$ 1 bilhão para a União", completou. Guedes repetiu que a economia brasileira está voltando em "U" (ou seja, na mesma verticalidade da queda), com a criação de empregos, alta na arrecadação e consumo de energia elétrica no patamar do ano passado. Em companhia do presidente do STF, Luiz Fux, ele elogiou o papel da instituição na recuperação da economia. "Onde há um bom capital institucional, a renda per capita é maior. Vamos precisar reverter a ação decisiva dos três poderes em coordenação", afirmou. "Temos muita confiança em cooperação entre os poderes. Aplaudo entusiasticamente a consciência do presidente do Supremo", completou. O ministro lembrou que a reforma de marcos legais depende da integração entre Executivo, Legislativo e Judiciário. "As vezes uma questão vai pro STF e dependendo da decisão, sióndamos de atraso ou de avanço de evolução acelerada. Uma coisa pode representar R\$ 10 bilhões contra a União, e aí acaba de mudar o futuro dos nossos filhos e netos. Exatamente com cuidado, obtemos com atenção. Se for para pagar, vamos pagar, mas observamos a dimensão jurídica não está sendo jogada coitosa do País", pediu. Guedes voltou a questionar o que tem chamado de "indústria de precatórios" que custa R\$ 40 bilhões por ano à União. Precatórios são dívidas que o governo federal precisa pagar depois de decisões judiciais. "Brasil será destruído por indústria de precatórios predatória. Temho que registrar que temos um custo quando via conta de precatórios crescendo mais do que saúde e educação. Tem algum fazendo coisa errada por aí quando esse passivo destrutivo", completou.

« DECRETO »
União deve ampliar aporte para fundo que apoia PPPs

A partir de agora, a União poderá ampliar o recurso para apoiar o fundo que apoia governos locais a estabelecer parcerias público-privadas (PPP). Publicação desta terça-feira (8) no Diário Oficial da União, o Decreto nº 10.612/2020 permite que o governo federal aumente os aportes ao Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessões Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP). Desde 2017, a União poderia aportar até R\$ 180 milhões ao FEP. Com novo decreto, o limite deixa de existir. Segundo a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a União pretende transferir R\$ 200 milhões ao FEP em 2020 e R\$ 250 milhões em 2021.

Senado aprova Casa Verde e Amarela, o substituto do MCMV

« HABITAÇÃO » Meta do novo programa é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024

O Senado aprovou, nesta terça-feira (8), a medida provisória que cria o programa habitacional Casa Verde e Amarela, formulado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro para substituir o Minha Casa, Minha Vida. A MP, editada em 25 de agosto deste ano, foi aprovada sem alterações em relação ao texto da Câmara dos Deputados e seguirá para sanção presidencial. Bancadas do Senado tentaram alterar o conteúdo da medida. O relator, Marco Bittar (MDB-AC), porém, rejeitou mudanças argumentando que a proposta retornaria à Câmara e corria o risco de perder a validade. A MP precisaria ser aprovada antes do recesso legislativo no Congresso Nacional. Priorizando as Regiões Norte e Nordeste, o novo programa

foca na regularização fundiária e na redução da taxa de juros. O objetivo é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil residências em relação ao que se conseguiria atendido com os parâmetros atuais, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR). O grupo de maior renda que será atendido pelo novo programa habitacional poderá financiar imóveis com taxa de juros a partir de 1,6% ao ano, sem diferenciação entre as regiões do País. O alvo, chamado de "grupo 3", são as famílias com renda mensal que vai de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil. Para o grupo 2, que atende famílias com renda entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil mensais, o governo elaborou taxas de juros que partem de 4,75% ao ano para Nordeste e Norte, e de 5% para as demais regiões. O piso das taxas é direcionado a cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No grupo 1, que atenderá famílias mais pobres, com renda mensal de até R\$ 2 mil, a taxa de juros será definida a partir de 4,25% ao ano para Norte e Nordeste, e 4,5% para o resto do Brasil. Uma das alterações feitas na Câmara e confirmadas pelo Senado em relação ao texto original prevê estímulo à inserção de regiões-entidades privadas sem fins lucrativos, micro e pequenas empresas locais e microempreendedores individuais (MEI) de construção para atender ao programa. Caberá ao governo federal estabelecer os critérios específicos de seleção.

« FINANCIAMENTOS »

No Estado, BNB investe R\$ 367,9 milhões em MPes

MPes do RN contrataram junto ao BNB 4,6 mil operações. Aumento foi 16,6% ante 2019

O Banco do Nordeste contratou, neste ano, R\$ 4,3 bilhões com o segmento de micro e pequenas empresas (MPEs), montante correspondente a 4,6 mil operações, com valor médio por operação de R\$ 102,6 mil. No Rio Grande do Norte, foram contratadas 4,6 mil operações, equivalentes a R\$ 367,9 milhões, observando-se um aumento de 27,1% nos valores e de 16,6% na quantidade de operações contratadas em relação a igual período de 2019, quando BNB contratou, no Estado, 3,9 mil operações, para o montante de R\$ 286,3 milhões. Os recursos são oriundos do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), por meio do Programa de Financiamento às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE-MPEI), e de recursos próprios. As contratações beneficiaram nove estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, área de atuação do BNB. Somente de empregos formais e informais, a perspectiva é de que foram criadas 163,2 mil colocações na área de atuação do Banco. Segundo estimativas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etecne), essas contratações poderão gerar impacto de R\$ 1,2 bilhão na massa salarial e arrecadação de tributos da ordem de R\$ 500,8 milhões. As micro e pequenas empresas constituem, no Banco do Nordeste, uma carteira com mais de 200 mil clientes.

Publicidade for PETROBRAS - Serviço Técnico de Petróleo e Energia. PETROBRAS BRASIL. PETROBRAS PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111. PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111. PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111.

Publicidade for PETROBRAS - Serviço Técnico de Petróleo e Energia. PETROBRAS BRASIL. PETROBRAS PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111. PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111. PETROBRAS S.A. UNIFONIA: 0800 11 1111.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN se encaminha para segundo pico **Impacto:** Neutro

10 Natal - Rio Grande do Norte
Quarta-feira, 09 de dezembro de 2020

natal

TRIBUNA DO NORTE

RN se encaminha para segundo pico

« PANDEMIA » Ao longo do mês de novembro, média diária de novos casos confirmados de covid-19 no Rio Grande do Norte duplicou em relação aos meses mais brandos. Situação pode se tornar crítica em janeiro

MARIANA CECI
Repórter

Durante o mês de novembro, o Rio Grande do Norte atingiu uma média diária de 550 novos casos de Covid-19. O número representa o dobro do valor mais baixo alcançado pelo Estado desde o começo da pandemia, que foi registrado entre os meses de agosto e o começo de setembro. Representantes do Comitê Científico do Estado consideram o aumento preocupante e afirmam que, se a tendência de crescimento observada ao longo de novembro for mantida, o RN poderá voltar a viver os piores dias da pandemia durante o mês de janeiro.

Durante o pico da pandemia, que aconteceu no mês de junho, a média diária de novos casos era de 925, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap). Nos meses que antecederam imediatamente o pico de casos, abril e maio, o crescimento era superior aos 5% diários - 5,7% em abril e 5,1% em maio.

A partir do pico do começo de junho, o número de casos diários começa a cair e se inicia a fase de declínio da epidemia, sendo esta redução em torno de 1% a 2% por dia nos meses de junho, julho e agosto", explicou Ângelo Roncalli, que está à frente do estudo sobre o indicador composto para a epidemia no Rio Grande do Norte e integra o Comitê Científico do Estado.

Desde a metade de junho, portanto, o RN começou a ver uma queda no número de casos que refletiu também na taxa de ocupação de leitos e na mortalidade pela doença. O declínio permitiu que o Estado desmobilizasse parte dos leitos que haviam sido criados de forma emergencial para atender aos pacientes contaminados pelo novo coronavírus em diferentes cidades e, em agosto, o Estado atingiu a média de 230 novos casos diários - quatro vezes menos do que o que era registrado durante



Professor Ângelo Roncalli, do Comitê Científico da Sesap, avaliou a ampliação do número de novos casos e ressaltou segundo pico

ELISA ELSIE

O especialista explicou que pelo fato do Rio Grande do Norte jamais ter sido capaz de zerar o número de novos casos diários da doença, não é possível falar, tecnicamente, em "segunda onda" da Covid-19. "Embora mais baixos e em declínio, o número de casos novos nunca chegou a zero - o menor valor médio foi de 230 casos por dia, por exemplo", destacou. "Podemos dizer, portanto, que estamos passando por uma nova fase de crescimento no número de casos, após um período de declínio", sublinhou.

Para avaliar as tendências de crescimento ou declínio da epidemia, o Comitê Científico utiliza como medida estatística a Variação Percentual Diária (VPD) de casos. O número vai mostrar a variação diária do número de casos. "A título de exemplo, no final de abril, o Estado registrava 138 casos por dia e, no fim do mês, este número já era 729. Isso significa que, a cada dia, o número de casos cresceu 5,1%", disse Roncalli. Quando o número apresentado após os cálculos é positivo, isso mostra que a epidemia está em crescimento, como aconteceu nos meses de abril, maio e, agora, outubro e novembro. Em junho, julho e agosto, por outro lado, o número foi negativo, pois a cada dia que se passava, o número de casos registrados foi inferior ao do dia anterior.

O profissional ressaltou, no entanto, que independente do Rio Grande do Norte estar se encaminhando para um "segundo pico" da doença, o fato relevante está no fato de que os casos estão crescendo - e que isso poderá provocar mais uma vez uma sobrecarga no sistema de saúde. "O nome a que se dá isso, se segunda onda ou segundo pico, na verdade, é irrelevante. O que importa é que precisamos estar atentos e reforçar todas as medidas de prevenção. Usar máscara, higienizar as mãos e evitar aglomerações, dentre outras. Isso nos protegerá e aos outros, além de permitir uma resposta mais efetiva por parte dos serviços de saúde", apontou Ângelo Roncalli.

pico da pandemia.

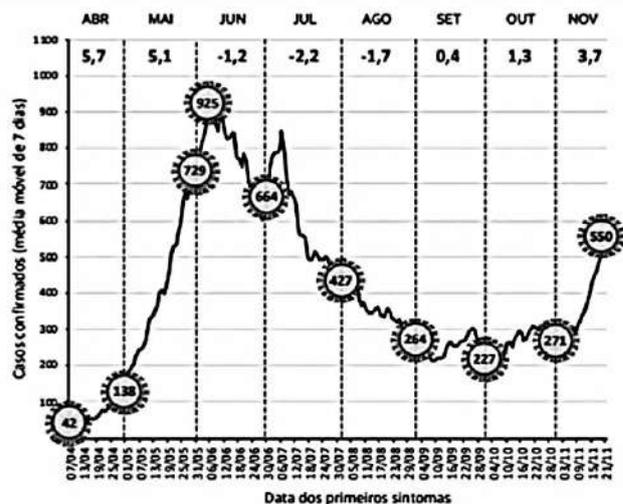
Crescimento

A volta do crescimento no número de novos casos no território potiguar começou de forma "discreta", de 0,4% ao dia a partir de setembro. Em outubro, no entanto, a situação começou a se agravar, e a média diária de novos casos já representava quase o dobro do menor valor registrado desde a chegada da pandemia ao Estado.

"Se esta tendência de forte crescimento observada em novembro for mantida, pode ser que um número diário de casos similar aos piores dias da epidemia volte a ocorrer ainda em janeiro. Contudo, estas previsões são apenas estimativas e podem não necessariamente ocorrer deste modo. O fato concreto é que estamos claramente em um processo de crescimento no número de casos", declarou Ângelo Roncalli, que também integra o programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Evolução dos casos confirmados

Veja abaixo a mudança de cenário em novembro ante o trimestre anterior, conforme a Sesap



Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/12/20 - Cidade/UF: São Paulo / SP
Título: Inflação em alta complica a vida Impacto: Neutro

26 | Economia

Quarta-feira 9.12.2020 | O GLOBO

MÍRIAM
LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Inflação em alta complica a vida

Os juros não vão subir nesta reunião do Copom, mas a inflação em alta está pondo todos no mesmo córner: o Tesouro, o Banco Central, as contas públicas e as famílias brasileiras. O INPC pode passar de 5% e esse é o índice que corrige várias despesas do Orçamento da União. Os gastos, portanto, subirão mais do que o calculado no projeto enviado ao Congresso, porque a inflação acelerou no segundo semestre. O Banco Central não elevará os juros nesta quarta-feira, mas esse fator novo, a taxa de inflação, tira o Copom da zona de conforto. Quando ele tiver que subir a Selic, a dívida fica mais cara.

Para as famílias, a alta da inflação atinge um

nervo exposto. O IPCA subiu 0,89% em novembro. As maiores altas são dos preços de alimentos e de alguns serviços que não podemos deixar de consumir. Para o professor Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, o que mais pesou nos índices divulgados ontem, depois dos alimentos, foi a luz. E ele calcula que dezembro deve trazer uma taxa de 1%:

— Com 1% em dezembro, o IPCA vai a 4,16%, mas pode ser um pouco mais. O INPC iria para mais de 5%, porque no ano o INPC acumula 3,93%, e o IPCA, 3,13%.

A inflação de alimentos e bebidas teve alta de 12,14% no ano e 15,94% em 12 meses. Quando se mede a alta só dos alimentos no domicílio a taxa chega a 21,13% em 12 meses. Ou seja, ela é maior nos itens que pesam mais no bolso. As famílias estão chegando ao fim do ano num país em que o desemprego subiu, a renda caiu, o auxílio deixará de ser transferido aos mais pobres, e a comida está mais cara. Visivelmente mais cara. E existem aumentos à espreita para o começo de 2021. Muito reajuste foi adiado porque a ideia é que a esta altura estaríamos livres da pandemia. Mas não. Estamos numa segunda onda de aceleração da doença. Planos de saúde, tarifas de serviços públicos, remédios subirão menos ou não foram reajustados em 2020. E essa conta chegará em 2021.

O projeto de orçamento que está no Congresso previa que as despesas indexadas —sa-

lário mínimo, benefícios previdenciários e assistenciais — seriam corrigidas por 2,09%. Se o INPC, que indexa, terminar o ano acima de 5%, teremos um aumento muito grande das despesas, como já alertamos aqui neste espaço na semana passada. Talvez R\$ 17 bi ou mais. O teto de gastos é corrigido também, mas pelo IPCA em 12 meses até junho, que deu 2,13%. O teto subirá menos que a despesa fixa. Haverá, portanto, mais dificuldade para ajustar o orçamento. E há um problema extra: ainda não temos nem a LDO aprovada. O Tesouro terá um vencimento de R\$ 600 bilhões de dívida nos quatro primeiros meses do ano. O governo tem que estar bem atento a isso, exatamente porque a dívida deu um salto forte com a pandemia. É por isso que o Ministério da Economia está querendo deixar bem claro que pelo menos metade desses recursos de refinanciamento da dívida já está garantida.

— Teremos R\$ 100 bilhões de pagamento do BNDES da dívida que o banco tem com o Tesouro, e vamos ficar com R\$ 190 bilhões do lucro contábil do Banco Central — diz uma fonte da equipe econômica. O Tesouro do Brasil tem uma dívida alta, e

com muitos vencimentos no curto prazo. A grande vantagem é a Selic estar em 2%. Mas por quanto tempo mais a Selic ficará nesse patamar com a inflação subindo além do previsto? Um dos poucos pontos de alívio dos últimos tempos é a reversão da alta do dólar. O câmbio vinha pressionando muito os preços, mas nas últimas semanas o real se valorizou frente à moeda americana.

A inflação quando sobe de forma rápida sempre desorganiza tudo. Não era previsível que ela subisse, já que o país está em um contexto recessivo. A taxa não está em níveis tão altos quanto, por exemplo, em 2015, mas o que já subiu teve efeito de tornar mais apertado o orçamento das famílias, elevar o gasto público e alimentar a dívida sobre quanto tempo mais o BC pode permanecer sem elevar a taxa de juros.

Pior do que a inflação de agora é a sensação de que outros preços vão subir quando o país ainda não se recuperou. De que eles estão à espreita, como eu disse. A vida de todo mundo fica mais difícil: do governo e das famílias. Até porque essa é uma inflação que tem muitas origens: a alta de alimentos, a falta de insumos na cadeia produtiva, os adiamentos de reajustes de preços administrados, a subida do dólar. A vida não ficará fácil tão cedo. Em todos os sentidos, mas hoje falo da inflação, aquela velha senhora.

IPCA é o maior para novembro desde 2015

Pressionada pelos preços dos alimentos e dos combustíveis, inflação fica em 0,89%. Analistas apostam que índice vai estourar centro da meta este ano, mas esperam que Copom mantenha juros em 2% na reunião de hoje

RAPHAELA RIBAS
raphaels.ribas@infoglobo.com.br

Os preços dos alimentos e combustíveis continuaram subindo, e a inflação de novembro ficou em 0,89%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. Com o resultado, o mais alto para o mês desde 2015, aumentaram as apostas de que a inflação oficial vai estourar o centro da meta fixada pelo governo, que é de 4%.

A meta tem margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A inflação de novembro superou a expectativa do mercado,

que previa um recuo em relação outubro (0,86%), com variação de 0,78%. Entre janeiro e novembro, o IPCA subiu 3,13% e, em 12 meses, 4,31%. Em novembro do ano passado, a alta foi de 0,51%.

Alimentos e bebidas lideraram os aumentos, com taxa de 2,54%. Dentro do grupo, o que mais pressionou foram as carnes, com alta de 6,28% no mês; a batata-inglesa, que subiu quase 30%; e o tomate, 18,45%. O arroz também ficou mais caro (6,28%), assim como óleo de soja (9,24%).

— Desde junho, temos tido variações positivas, puxadas pelos alimentos — explica

Pedro Kislanov, gerente da pesquisa do IBGE.

Em doze meses, o preço dos alimentos acumula alta de 15,94%, com destaque para o óleo de soja, com 94,1%, e o arroz, 69,5%.

Segundo Kislanov, os preços dos alimentos continuam subindo tanto pela maior

94,1%

Foi a alta do preço do óleo de soja de janeiro a novembro. Produto é um dos vilões da inflação, assim como o arroz, que ficou 69,5% mais caro no ano

demanda interna, como pela menor oferta no mercado doméstico, já que muitos produtores direcionaram as vendas para o exterior.

— A soja foi influenciada pela alta do dólar, que tornou a exportação mais atraente. No caso do arroz, houve quebras na safra que impactaram o preço. Pela variação mensal, vemos que o arroz e o óleo estão perdendo força. Para o próximo ano, estes itens devem se acomodar — diz Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco.

Os combustíveis também pesaram no bolso em novembro. O preço da gasolina

subiu 1,64% no mês, na sexta alta consecutiva. O etanol, por sua vez, ficou 9,23% mais caro.

Este mês, a inflação será pressionada pelos preços administrados, já que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou taxa extras nas contas de luz, levando economistas a revisarem a previsão para o IPCA do ano.

Segundo o último Boletim Focus do Banco Central, analistas revisaram a projeção de 3,54%, para 4,21%. Ainda assim, a expectativa do mercado é que a taxa básica de juros, a Selic, que está na mínima histórica de 2%, seja mantida

na reunião no Comitê de Política Monetária (Copom) de hoje, a última do ano.

INPC SOBE MAIS

O INPC, que mede a inflação de famílias mais pobres, ficou ainda maior: 0,95% em novembro. O professor Luiz Roberto Cunha acredita que o índice pode chegar a 5% no ano. Ele explica que o INPC acima do IPCA pode afetar a capacidade do governo de administrar as despesas dentro do teto, já que muitos dos gastos obrigatórios são corrigidos pelo índice, como benefícios previdenciários e assistenciais.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Técnicos da Economia já avaliam extensão da calamidade com 2ª onda **Impacto:** Neutro

A16 QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Técnicos da Economia já avaliam extensão da calamidade com 2ª onda

Integrantes do ministério reconhecem que governo terá de afrouxar regras fiscais se pandemia piorar



Bernardo Caram e Fábio Pupo

ANÁLISE Técnicos do Ministério da Economia trabalham com a possibilidade de prorrogar o estado de calamidade de o Orçamento de guerra caso ocorra uma segunda onda da Covid-19. Sem as medidas, não haverá espaço para ampliar gastos.

O ministro Paulo Guedes (Economia) defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

ma da inflação do ano anterior. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta fiscal define o quanto o governo terá de reduzir ou suprir nas contas públicas.

Medidas como o auxílio emergencial, por exemplo, teriam de acabar com o fim do estado de calamidade. A última parcela do benefício será a de dezembro, no valor de R\$ 200. No início da pandemia, eram R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes defende a volta do Orçamento de 2021 a normalidade. No entanto, membros da área técnica da pasta, reservadamente, já reconhecem que o governo terá de afrouxar regras fiscais se a pandemia se agravar.

Entre especialistas, a percepção é que será necessário gastos extraordinários mesmo que os casos da doença caiam. Para eles, haverá demanda por serviços de saúde e necessidade de comprar e distribuir vacinas.

A Folha ouviu membros da área técnica do Ministério da Economia sobre os caminhos para o Orçamento em 2021. Os integrantes são responsáveis por monitorar as contas do governo e elaborar o plano de despesas da União.

O estado de calamidade pública acabou no dia 15. O Orçamento de guerra suspende normas fiscais. Sem recorrer a essas medidas, eles dizem que não será possível implementar ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto impede o crescimento das despesas aci-

Regras fiscais

Teto de gastos
Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação.

Meta fiscal
É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

Regra de ouro
Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e Previdência.

AS SOLUÇÕES EM 2020
Calamidade pública
Decreto liberou o governo para gastar mais e descumprir a meta fiscal do ano.

PEC de guerra
Criou uma espécie de Orçamento paralelo, voltado ao combate da pandemia. Dispensou o cumprimento da regra de ouro e flexibilizou regras para contratações, obras e serviços.

Créditos extraordinários
São recursos adicionais destinados a despesas urgentes ou imprevistas. Não afetam o teto de gastos, mas impactam a regra de ouro e a meta (suspensas em 2020).

PARA 2021
O que Guedes deseja
O ministro argumenta que a doença está cediendo, e a economia, se recuperando. Por isso, defende a retomada da agenda de reformas estruturantes, ajuste fiscal e medidas de estímulo ao emprego. Afirma, porém, que o governo agiria em caso de 2ª onda da pandemia.

O que técnicos da Economia afirmam
Não haverá espaço para gastos extraordinários. A única brecha foi aberta pelo TCU, que autorizou o governo a usar recursos do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar. Em caso de necessidade de despesas adicionais, o caminho será prorrogar a calamidade pública e o Orçamento de guerra.

É muito difícil a gente não ter nenhum impacto nas contas em 2021. Na melhor das hipóteses, vamos gastar com vacinação e despesas do SUS. Difícilmente vamos ter uma situação controlada, afirma Daniel Couri, diretor da IFL (Ins-

tituição Fiscal Independente, ligada ao Senado).

"Faltam três semanas para 2021, e vamos continuar com muitos casos e pessoas hospitalizadas", diz Couri. Ele também vê uma chance elevada de ser necessária nova prorrogação do auxílio emergencial.

Para o economista, o caminho mais fácil para viabilizar os gastos extras em 2021 é a prorrogação das regras de calamidade pública e do Orçamento de guerra.

Indagado sobre o plano do governo para os gastos adicionais em 2021, o Ministério da Economia não havia respondido até a conclusão deste texto.

Relator remove teto flexibilizado, mas desidrata pacote

ANÁLISE O senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentou a parlamentares nesta terça-feira (8) um novo relatório sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial. O texto deixa de fora a flexibilização do teto de gastos contida em versão anterior, mas desidrata o pacote fiscal elaborado pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

A flexibilização do teto de gastos estava em versão que circulou na véspera entre os congressistas e assistiu o mercado financeiro.

Segundo Bittar, o texto distribuído contara com aval da liderança do governo. "Ontem [segunda, 7] passamos uma reunião, seguindo a orientação do líder [do governo no Senado] Fernando Bezerra, aos líderes de todos os partidos, daquilo que deverá ser a proposta da PEC Emergencial", disse Bittar nesta terça em sessão do Senado.

Após a divulgação na segunda-feira, Guedes recuou ao presidente Jair Bolsonaro e disse que aquela não seria a proposta correta. Bittar, por sua vez, respondeu a questionamentos dizendo que a versão distribuída não seria a oficial.

A Folha teve acesso ao novo documento, distribuído nesta terça aos líderes. Se por um lado Bittar atende Guedes ao deixar de fora a flexibilização do teto, por outro desidrata a PEC do Plano Mais Brasil (lançado pelo ministro há mais de um ano com objetivo de reverter despesas). Um total de 30 páginas do pacote original, a proposta de ajuste estrutural, ajuste fiscal e medidas de estímulo ao emprego. Afirma, porém, que o governo agiria em caso de 2ª onda da pandemia.

O relatório do senador remove diferentes disposições postas originalmente por Guedes para reverter gastos e alcançar os 1% do ministro, de desvincular, desindexar e desobrigar despesas.

Entre as medidas mais importantes ainda discutidas com o Congresso estava a possibilidade de redução em 2% da jornada dos funcionários públicos com redução proporcional dos vencimentos. Mas a medida ficou de fora.

Bittar e sua assessoria não se haviam se pronunciado até a conclusão deste texto. **Fábio Pupo e Daniel Carvalho**

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Cenário é de crise para o Brasil, e analistas não querem ver

ANÁLISE

Michael Lott
Editor de América Latina do Financial Times

Não é raro que o governo de um mercado emergente seja cobrado para apresentar um plano crível mostrando que as lições públicas são sustentáveis. Mas, quando o peso que faz o pedido é o chefe do Banco Central, pode haver mais motivos de preocupação para os investidores.

Paulo Guedes (Economia) certamente não apreciou o toque de despertar no fim do mês passado, desafiando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto:

"Se de tiver um plano melhor, peço que qual é".

Campos Neto, entretanto, tinha uma boa tese. Guedes é um seguidor dos princípios do livre mercado de Milton Friedman e acredita em um governo pequeno. Mas ele seguiu numa das maiores ondas de gastos relacionados ao coronavírus entre os emergentes, usando um cartão de crédito metafórico que já estava esgotado antes da pandemia.

Os gastos extras ajudaram o Brasil a evitar uma recessão profunda, mas a que preço? "Estou seriamente preocupado sobre a imagem fiscal em médio e curto prazo", disse Alberto Ramos, economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs. Ele comentou que o Brasil tem um dos níveis mais altos de dívida pública em proporção do PIB de todos os emergentes, prestes que chegue a 94% neste ano.

Mais de 90% da dívida do governo brasileiro é emitida em moeda local, e o estresse começa a aparecer nos mercados domésticos.

A curva de rendimento da dívida brasileira se acentuou muito neste ano, com o título para dez anos hoje rendendo 7,4% em comparação com a taxa taxa de referência Selic do Banco Central a 2%.

Por trás dos custos está o medo de que o muito elogio do programa de reforma bra-

sileiro para cortar os elevados déficits orçamentários — o principal motivo pelo qual os investidores festejaram a eleição de Jair Bolsonaro — tenha estagnado.

"O problema é essencialmente político", disse o economista Zena Latif. "O Ministério da Economia sabe o que precisa ser feito, mas desobedece às regras que foram estabelecidas e que hoje não convence".

Bolsonaro, enquanto isso, descobriu as alegrias eleitorais dos gastos com assistência social. Seus índices de popularidade saltaram depois que ele lançou um pacote de R\$ 600 para quase um terço da população, a um custo men-

sal de mais de R\$ 46 bilhões. O problema é que os pagamentos "coronabônus" deverão terminar em 31 de dezembro. Enquanto sua campanha à reeleição se arma, Bolsonaro poderá achar impossível resistir ao atrativo de literalmente comprar popularidade.

Marcelo Castro, gerente de portfólio do fundo hedge brasileiro SIPA Capital, acredita que uma lenta deterioração é mais provável que uma crise repentina. "Está borbulhando e expandindo, mas não explodindo", disse ele.

Ilan Goldfain, presidente do Credit Suisse Brasil e ex-presidente do Banco Central, acredita que nada aconte-

cerá sobre a extensão dos gastos do coronavírus ou sobre reformas progressivas até fevereiro. "Se for esse o caso, o Brasil pode surfar os riscos durante alguns meses".

No entanto, se o próximo ano trouxer gastos extras sem reformas, Goldfain diz que o risco de uma crise do mercado aumentará.

Marcos Casarin, economista-chefe para América Latina da Oxford Economics, concorda que o verdadeiro teste virá no próximo ano, com a dívida de curto prazo equivalente a cerca de 6% do PIB precisando ser rolada até abril.

O Brasil está na encruzilhada, disse ele.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Inflação é maior para novembro desde 2015 **Impacto:** Neutro

Inflação é maior para novembro desde 2015

IPCA avança 0,89%, mais uma vez sob influência de alimentos e combustíveis; em 12 meses, índice supera centro da meta

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO A inflação oficial, medida pelo IPCA, registrou alta de 0,89% em novembro em relação ao mês anterior, divulgou nesta terça-feira (8) o IBGE. O aumento foi puxado mais uma vez pelos alimentos e combustíveis.

No acumulado do ano, a inflação está em 3,13%, e, em 12 meses, em 4,31% —acima do centro da meta estipulada para 2020, de 4%. A meta de inflação é fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e tem intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, podendo ficar entre 2,5% e 5,5%.

O índice veio acima do que os especialistas ouvidos pela Bloomberg projetavam, na casa do 0,78% em novembro, com 4,20% em 12 meses.

De acordo com Pedro Kislánov, gerente da pesquisa do IBGE, esse acumulado de 4,31% ainda reflete a forte alta de preços de dezembro de 2019 por causa da cotação das carnes. "Vamos ter que esperar para ver como vai ser o comportamento de dezembro deste ano", disse.

Ele ainda afirmou que o cenário de novembro é parecido com o que tem sido visto nos últimos meses, em que o grupo de alimentos e bebidas segue impactando o resultado.

"Dentro desse grupo, os componentes que mais têm pressionado são as carnes, que no mês tiveram alta de mais de 6%, a batata-inglesa, que subiu quase 30%, e o tomate, com alta de 18,45%."

Mais uma vez, produtos importantes na cesta das famílias tiveram alta, como o arroz (6,28%) e o óleo de soja (9,24%). A variação no grupo de alimentos e bebidas foi de 2,54%. Também houve aumento no preço da cerveja (1,33%), assim como do refrigerante e da água mineral (1,05%).

O gerente da pesquisa explicou que alta nos alimentos reflete o aumento da demanda, ainda sustentada pelos auxílios concedidos pelo governo, e também pela restrição de ofertas no mercado doméstico de vários produtos.

No ambiente de câmbio mais alto, há estímulo às exportações e retração na oferta no mercado interno.

Inflação registra alta de 0,89% em novembro

Inflação fica acima do centro da meta do Banco Central em novembro



“Olhando a coleta [de dados] no atacado, de produtos como milho, soja, carne bovina, já há um movimento de desaceleração

Julia Passabom
economista do Itaú

Julia Passabom, economista do Itaú, ressaltou que o comportamento dos preços foi bem acima do esperado, especialmente de produtos alimentícios.

"Em relação às projeções, a surpresa foi concentrada em alimentos em domicílio e itens de proteínas, carne, frango, porco, que vieram bem acima do que imaginamos", disse Passabom.

Ela disse que os preços dos alimentos são voláteis, sendo influenciados por fatores co-

Principais altas no ano

Variação acumulada, em %



de Orçamento Familiar), os alimentos retomaram o posto de principal componente do índice de inflação, que havia sido perdido para os transportes no início do ano.

Em novembro, o grupo de transportes registrou alta de 1,33%, segunda maior influência do índice, impulsionado pelo aumento no preço da gasolina (1,64%). Foi a sexta alta consecutiva do combustível. O etanol subiu 9,23%.

De acordo com o IBGE, os grupos de alimentos e bebidas e transportes representaram 89% do IPCA de novembro. A alta nos preços atingiu todas as 16 regiões pesquisadas. Goiânia (1,41%) teve o registro mais intenso, enquanto o menor foi registrado em Brasília (0,35%).

Na análise de Passabom, a inflação de 2021 vai ser influenciada pela dinâmica de preços em dezembro de 2020, uma vez que se veem reajustes de passagens aéreas, a aplicação da bandeira vermelha 2 na conta de luz e demanda mais intensa por alimentos.

"Vamos terminar o ano com a inflação pressionada, vai ser um cenário desafiador."

mo depreciação cambial nas commodities agrícolas e alta na demanda, principalmente porque as pessoas estão ficando mais tempo em casa. Esse componente na pressão sobre os preços, porém, tende a diminuir com o tempo.

"Olhando a coleta [de dados] no atacado, de produtos como milho, soja, carne bovina, já há um movimento de desaceleração", afirmou.

Em outubro, quando o IBGE passou a fazer o cálculo com base na nova POF (Pesquisa

Veículo: Estadão Expresso - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: Novo relatório da PEC emergencial prevê economia abaixo da estimativa inicial **Impacto:** Neutro

B1 | QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2020

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

R&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUALIDADE E RESPONSABILIDADE

RS SERVIÇOS

TEL: 11 3803-8853

RS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

RS SERVIÇOS

RS SERVIÇOS

rs@servicosrscertificados.com.br

rs@servicosrscertificados.com.br

rs@servicosrscertificados.com.br

Contas públicas. Poupança projetada no parecer do relator para o ano que vem é de cerca de R\$ 450 milhões, bem inferior à previsão inicial, que citava redução de despesas entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões; texto não abre espaço para criação de novo programa social

Novo relatório da PEC emergencial prevê economia abaixo da estimativa inicial

Adriano Fernandes
Alison Tomazelli
Daniel Wehervan / BRASILIA

Principal aposta de ajuste nas contas públicas depois da expansão de despesas na pandemia da covid-19, o relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial foi apresentado ontem em uma reunião do Senado sem medidas adicionais de corte de gastos para 2021. A economia prevista no parecer para o ano que vem é marginal, de cerca de R\$ 450 milhões, muito aquém da previsão inicial do relator de entregar para a equipe econômica uma redução das despesas entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões.

O texto do parecer, que ainda não é oficial, deixou incertezas sobre a possibilidade de abrir caminho para a criação de uma nova despesa continuada (como um programa social, por exemplo) com uma compensação feita apenas com cortes de subsídios, mesmo que isso represente estourado teto de gastos, a regra que impede o aumento de despesas acima da inflação.

O parecer do relator Márcio Brito (MDB-AC) coloca as principais fichas do ajuste via corte de renúncias fiscais, que a depender do foco pode ter como resultado aumento da carga tributária. Além disso, governo e lideranças gastaram capital político em uma PEC que não vai produzir o espaço necessário para tirar do papel o programa social prometido para depois do fim do auxílio emergencial.

Sem prever a criação do novo programa social do governo, o relatório foi desvirtuado das medidas mais duras de corte de despesas para abrir caminho no teto de gastos. A inclusão dessas medidas era defendida pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, e considerada essencial para dar uma virada de corte de gastos em contas públicas, após o aumento de gastos na pandemia.

Fontes envolvidas nas negociações admiram que a base de apoio do governo, principalmente Norte e Nordeste, queria o programa social, mas disse não às propostas de destinação (retirar a obrigatoriedade de conceder reajustes a beneficiários, por exemplo) e outras medidas impopulares.

A redução da jornada dos servidores e corte dos salários também ficaram fora do texto. Até mesmo a bandeira pessoal de Elitair, de acabar com a aplicação mínima de recursos em saúde e educação, não prosperou.

Procurado, o relator não atendeu a reportagem.

Gatilhos. A equipe do ministro Paulo Guedes considera uma vitória ao obter o corte de gastos (medida de corte de despesas de pessoal), mas para 2021 elas já estavam previstas na Lei 173 que congelou os salários, reajuste e aumento de despesas de pessoal até dezembro do ano que vem, como contrapartida ao socorro da União a Estados e municípios.

Para o pesquisador associado do IUPERJ, Marcos Mendes, o parecer não traz economia adicional significativa com cortes de despesas em 2021. "Em 2021, a Lei 173 já acionou gatilhos. A PEC só estende o efeito por



Sem máscara discutindo ações contra pandemia

mais um ano", diz ele, que é um dos autores do texto.

De acordo com técnicos do Congresso, a abertura de espaço no teto ficou restrita a duas medidas para os próximos anos: uso do superávit financeiro dos fundos públicos extintos (cerca de R\$ 30 bilhões) e redução de subsídios fiscais a meta de num prazo de cinco anos.

O ministro Paulo Guedes e sua equipe se reuniram com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto. O assunto foi o ano difícil e as medidas adotadas para

Fontes admitem a que a reviravolta na eleição da sucessão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que barrou a possibilidade da sua reeleição, mudou as "peças do xadrez" e as negociações das medidas. Por isso, a versão ficou aquém do esperado e prometido.

o combate da pandemia. Na conversa, a avaliação foi a de que se o governo não tivesse jurado quatro ministérios (Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria) em

O relatório também prevê que, se o governo identificar no envio da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que as despesas obrigatórias respondem por 9% ou mais das despesas primárias totais, já será possível acionar os gatilhos, que prevêm a proibição de novos concursos, aumentos salariais, reajuste real do salário mínimo,

um, não teria agilidade para, por exemplo, onerar gastos e tirar do papel medidas como auxílio emergencial e complemento de renda. Na foto, todos sem máscara.

criação de novos cargos, entre outras. "Atual, o que significa a proporção de 9% de despesa obrigatória em termos de despesa total? Em matéria fiscal, nada", critica o analista do Senado, Leonardo Ribeiro. Para ele, a proposta apresentada permite que o corte de gastos seja contra o cidadão sem dizer o que acontece nessa situação.

Guedes defende 'flexibilização' de leis trabalhistas

Edson Rodrigues
Lorena Rodrigues / BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem flexibilizar a legislação trabalhista para, segundo ele, abrir mais empregos depois da pandemia do novo coronavírus. "Não vamos tirar direitos de ninguém na legislação trabalhista, mas precisamos de um regime extraordinário de um ou dois anos", disse o ministro. Segundo ele, o governo vai propor o programa Verde Amarelo para "reconhecer" os 40 milhões de trabalhadores "invisíveis" que foram "deslocados" na pandemia.

A democracia brasileira funciona, apesar de todo o barulho. Articuladamente, o Brasil escapou da armadilha de recessão econômica. No primeiro ano, escapamos do abismo fiscal, no segundo ano, escapamos da armadilha de depressão", afirmou ele, durante seminário organizado pelo Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja).

No fim do ano passado, o governo lançou o programa Verde Amarelo para incentivar a contratação de jovens de 18 a 29 anos. A medida previu que institua o programa, porém não foi votada pelo Congresso, em abril deste ano, o presidente Jair Bolsonaro decidiu revogar o texto, com a promessa de que editaria uma nova versão com regras específicas para o período da pandemia - o que ainda não foi feito.

Guedes repetiu que a economia brasileira está voltando em "V" (ou seja, na mesma velocidade da queda), com a criação de empregos, alta na arrecadação de consumo de energia elétrica no patamar do ano passado.

O ministro afirmou ainda que a reforma de marcos legais depende da integração entre Executivo, Legislativo e Judiciário. "As vezes, uma questão vai para o STF e, dependendo das decisões, são dez anos de atraso ou dez anos de evolução acelerada. Uma causa pode representar R\$ 150 bilhões contra a União, e aí acaba de roubar o futuro dos nossos filhos e netos. Examinem com cuidado, olhem com atenção. Se for para pagar, vamos pagar, mas observem se a dimensão jurídica não está sendo jogada contra o País", pediu. Ainda durante sua fala, Guedes destacou a relação de cooperação entre os Poderes. "Todas as leis que estão colocadas no Legislativo dependem das interpretações, mais cedo ou mais tarde, do Poder Judiciário."

Ele afirmou que, se a economia "anda errado", acaba havendo uma pressão excessiva sobre o Judiciário e o Legislativo. "Há uma pressão sobre o Legislativo em busca de isenções e concessões, enquanto há uma pressão sobre o Judiciário para os contenciosos. Quando os impostos são excessivamente elevados e percebidos como injustos, quem tem poder político consegue isenções e quem tem poder elevado consegue contenciosos e preferem pagar R\$ 100 milhões a um escritório de advocacia do que R\$ 1 bilhão para a União."

Financie a importação e a exportação da sua empresa com quem é referência no mercado.

CÂMBIO · HEDGE · TRADE FINANCE

Banco Ourinvest. Referência em câmbio.
Saiba mais: ourinvest.com.br

BANCO OURINVEST

Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/12/20 - Cidade/UF: São Paulo / SP
Título: Gargalo na produção Impacto: Neutro

O GLOBO | Quarta-feira 9.12.2020

| 25

Economia



HABITAÇÃO

Senado aprova criação do Casa Verde e Amarela

Programa que substitui o Minha Casa Minha Vida segue para sanção do presidente glo.bo/3mIKcKc

ESCASSEZ DE MATÉRIA-PRIMA

GARGALO NA PRODUÇÃO

De plástico a papelão, falta de insumos freia expansão da indústria

JOÃO SORIMA NETO, RAMONA ORDOÑEZ E RAFAELA RIBAS
economia@oglobo.com.br
MAGALHÃES

A escassez de matéria-prima impôs um freio ao crescimento da indústria. Insumos como papelão, plástico, alumínio e vidro estão em falta nas linhas de produção, segurando a expansão de muitos segmentos no momento em que a demanda começa a ressurgir.

Segundo levantamento da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), em novembro, 75% das indústrias de transformação no país enfrentaram dificuldades para conseguir insumos. E 54% delas tiveram problemas para atender os clientes.

Faltam embalagens, plásticos, peças de alumínio e até tecido. No caso do papel, por exemplo, houve queda na coleta de material reciclado na pandemia. Além disso, tem o problema da alta dos preços que atinge toda a cadeia, até chegar ao consumidor — diz Renato da Fonseca, gerente executivo de Economia da CNI.

Na última sondagem da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), entre os itens em falta citados pelas empresas estão: papelão, cobre, materiais plásticos, componentes eletrônicos, aço carbono, latão, alumínio, aço silício e chumbo.

O setor têxtil começou a enfrentar a falta de corantes importados em agosto. Mas agora também estão faltando caixas de papelão para os produtos e os chamados "tubetes" para fabricação das bobinas de fios, que são nacionais. Ainda assim, diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, a produção não parou. Ele afirma que o problema é de sincronia na entrega dessas matérias-primas:

— A economia parou de



Queda no faturamento. A fábrica de potes e frascos para cosméticos e alimentos São Sebastião, em Nilópolis, falta de resina reduziu produção à metade

forma abrupta e voltou mais rápido do que se esperava. Portanto, a partir de agosto, tivemos problemas de atrasos na entrega dessas matérias-primas, mas não de forma absoluta. É um problema de timing na entrega. Mas acredito que, se tudo estivesse normal, as indústrias têxteis poderiam ter faturado entre 10% a 15% mais. Não vão faltar produtos têxteis para os brasileiros neste Natal.

Ele acredita que, ao longo do primeiro trimestre de 2021, a situação já estará ajustada, inclusive com os estoques refeitos. O setor, que demitiu mais de 80 mil pessoas durante a pandemia, começou a contratar. Já são 50 mil vagas repostas, mas o ano deve terminar no vermelho em termos de emprego. O que preocupa, diz ele, são as incertezas em relação a 2021, como a falta de sinalização se haverá continuidade do programa de auxílio emergencial ou algo similar, o que deve impactar a economia.

No início da semana, a Anfa-vea, associação que reúne as montadoras, alertou que a falta de insumos, matérias-primas e peças pode levar a indústria automobilística a paralisar a produção neste mês.

No setor de medicamentos, o Sindusfarma informa que não há falta de matéria-prima importada para os medicamentos, mas há problemas de fornecimento e aumento de preços de insumos nacionais, como o papelão para embalagens, que está em falta.

SETOR FICARÁ AQUECIDO

A Abividro, associação que reúne as 17 empresas fabricantes de vidro do país, informa que não há falta de matéria-prima para a produção, mas sim de produtos como garrafas de cerveja e bebidas alcoólicas em geral e potes para geleias e compotas. Lucien Belmonte, presidente-executivo da entidade, observa que a demanda por esses produtos está mais aquecida que a oferta:

— Com a pandemia, as pes-



"Acredito que, se tudo estivesse normal, as indústrias têxteis poderiam ter faturado entre 10% a 15% mais"

Fernando Pimentel,
presidente da Abit

"A falta de matérias-primas, insumos e peças aumenta a pressão sobre os preços, levando à inflação. Mas acredito que será temporário, até que se recomponha a produção"

Silvio Campos Neto,
economista da consultoria
Tendências

soas ficaram mais casa, o consumo cresceu e houve descaçamento entre demanda e potes. Para outros setores que usam vidro, como cosméticos, indústria automobilística e construção civil, não falta vidro.

Vinícolas e fabricantes de cerveja já sentem o impacto da falta de garrafas, que restringe o aumento da produção.

Apesar desse cenário, as empresas não têm planejamento de novos investimentos previstos para 2021 no sentido de aumentar a produção.

— As previsões para o dólar em 2021 variam de R\$ 4,20 a R\$ 7. Como fazer planejamento nesse cenário? O maquinário da indústria de vidro é importado — diz Belmonte.

O economista Silvio Campos Neto, da consultoria Tendências, avalia que essa falta pontual de matéria-prima acaba atrapalhando a retomada da economia, afinal, é produção que deixa de ser realizada. Mas, ao mesmo tempo, gera a necessida-

de de recompor estoques:

— A redução de estoques tende a manter a indústria aquecida no primeiro trimestre de 2021.

O economista diz que o descaçamento entre demanda e oferta aconteceu por uma série de fatores. No Brasil e no mundo, os governos deram estímulos (como o auxílio emergencial) que sustentaram o consumo. E, na pandemia, a demanda migrou de serviços para bens, o que levou à escassez de alguns produtos.

PRESSÃO SOBRE OS PREÇOS

Pelo lado da oferta, a China, uma das grandes fornecedoras de insumos e peças, fechou regiões produtivas durante a pandemia, interrompendo o ciclo de produção. Outros países fornecedores de matérias-primas também tiveram paralisações com o fechamento da economia.

— A falta de matérias-primas, insumos e peças aumenta a pressão sobre os preços, levando à inflação. Mas acredito que será temporário, até que se recomponha a produção. A desvalorização recente do dólar, com um cenário externo mais favorável, também alivia o efeito câmbio sobre os preços — explica Campos Neto.

O mercado de alumínio ainda está na fase de recomposição da produção.

— Em abril, a indústria não tinha previsibilidade do futuro, e todo mundo queria caixa. Então, as empresas resolveram vender seus estoques para sobreviver. Isso ainda está se ajustando — explica o presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego.

A falta de resina no mercado levou a fábrica de potes e frascos para cosméticos e alimentos São Sebastião, em Nilópolis, na Baixada Fluminense, a reduzir a produção pela metade em setembro e outubro. Segundo o dono, Júlio César Coelho, isso fez o faturamento cair em torno de 30% no período.

— As áreas de alimentos e beleza tiveram muita demanda durante a pandemia. Existia o pedido, só que eu não tinha como entregar. Não fechei a fábrica por pouco.

Ele diz que a entrega de matéria-prima está voltando ao normal aos poucos, mas o preço está muito alto:

— Segurei o preço do que ainda tinha em estoque, final, é produção que deixa de ser realizada. Mas, ao mesmo tempo, gera a necessida-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Relator recua e retira flexibilização do teto da PEC emergencial **Impacto:** Neutro

06:09 Quarta-feira 9 de dezembro

100%

O GLOBO | Quarta-feira 9.12.2020

Economia | 27

Relator recua e retira flexibilização do teto do texto da PEC emergencial

Após repercussão negativa, Bittar altera parecer, que será apresentado nos próximos dias. Votação deve ficar para 2021

MARCELLO CORRÊA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Depois da repercussão negativa, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial, retirou do projeto o trecho que abria brecha para que parte das despesas públicas ficasse temporariamente fora do teto de gastos. O novo texto, ao qual o GLOBO teve acesso, é a versão final que será apresentada para votação nos próximos dias, segundo fontes próximas ao assunto.

O projeto foi modificado na noite de segunda-feira. Horas antes, Bittar havia distribuído a líderes minuta que previa o uso de recursos de fundos públicos para financiar programas sociais e obras como a revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Esses gastos ficariam, durante um ano, livres do teto, a regra fiscal que limita o crescimento das despesas públicas à inflação. A nova redação ainda prevê o uso de recursos para esses fins, mas não mais abre a brecha para flexibilizar a trava nos gastos.

A proposta de drible no te-

to já havia sido apresentada em fevereiro pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na PEC dos Fundos, segundo o relator do projeto original, senador Otto Alencar (PSD-BA).

MAISTÍMIDO

A reciclagem da manobra aumentou a pressão para que haja algum tipo de flexibilização do teto em 2021.

O relatório final manteve medidas para ajudar a conter o crescimento de gastos, mas o pacote de ajuste é mais tímido do que o previsto inici-



Limite. O primeiro parecer de Bittar previa que parte dos recursos usados em programas sociais ficasse fora do teto

almente pelo governo. Não consta do texto, por exemplo, a autorização de cortes de salários e jornada de servidores, considerada impopular demais para avançar.

Restou na proposta a previsão de antecipar restrições que só seriam acionadas em caso de descumprimento do teto. Esses gatilhos, como proibição de concursos públicos e bloqueio de reajustes sa-

lariais, entram em ação até 2022, sempre que as despesas obrigatórias atingirem 95% do total de despesas da União.

No lado das receitas, o texto prevê corte de benefícios tributários. Caso a proposta seja aprovada, o presidente Jair Bolsonaro deverá enviar ao Congresso projeto para reduzir esses incentivos em 10%.

Após a turbulência, a expectativa é que o relatório de Bit-

tar seja apresentado nos próximos dias, mas lideranças descartam a possibilidade de votação ainda este ano.

— Acredito que dá tempo de apresentar o relatório e iniciar as discussões, aproveitando o esforço concentrado. Agora, votar, só no ano que vem — disse ao GLOBO o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Faria diz que 5G será tratado por ministério e Presidência

Declaração, feita após reunião com teles, exclui Mourão das discussões do leilão. Para vice-presidente, banir Huawei encarecerá serviços

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@b3.oglobo.com.br
BRASILIA

Após cobrarem transparência e diálogo com o governo, representantes das principais operadoras de telefonia do Brasil se reuniram ontem com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, para discutir o leilão do 5G. A licitação para a quinta geração de

redes móveis está no centro de uma disputa entre a China e os Estados Unidos, que pressionam países como o Brasil a banir a chinesa Huawei no fornecimento da infraestrutura para essa tecnologia.

Representantes de Oi, Claro, Tim, Vivo e Algar participaram do encontro, segundo Faria. O ministro disse que esse assunto estará concen-

trado no seu ministério e na Presidência da República:

— Fiz uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro, e (nós resolvemos) que esse tema, do 5G, que é um tema altamente relevante para o país, onde teremos um novo Brasil depois do 5G, iremos tratar no Ministério das Comunicações e na Presidência da República. Esse será o fluxo desse assunto.

A declaração de Faria exclui o vice-presidente Hamilton Mourão das discussões. Na segunda-feira, Mourão afirmou que os equipamentos da Huawei estão em 40% das redes de 3G e 4G no país e que o eventual banimento da companhia encareceria o serviço aos consumidores.

Questionado sobre o posicionamento de Mourão, Fa-

ria disse que o vice-presidente tem prerrogativa para falar sobre qualquer assunto:

— Mas nunca recebi pedido de audiência ou convite para falar sobre isso com Mourão.

As principais empresas de telecomunicação do Brasil, que efetivamente vão disputar o leilão, ameaçam ir à Justiça caso a Huawei seja banida do país, cobrando indeniza-

ção do governo pelos investimentos já feitos usando equipamentos da chinesa.

A decisão sobre banir ou não a Huawei ainda não foi tomada, mas uma ala do governo apoia excluir a empresa.

Faria disse que o objetivo é fazer o leilão no primeiro semestre do próximo ano e que a licitação está sendo conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel):

— É um grupo técnico, formado por cinco conselheiros, que têm total capacidade para fazer esse tema. Não tem nenhum entrave para o leilão. O país precisa do 5G.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Ajuda a estados supera em R\$ 363 bi perda com pandemia, diz economista **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

Ajuda a estados supera em R\$ 36,3 bi perda com pandemia, diz economista

Apesar de ajuda ter sido superdimensionada, excesso de dinheiro praticamente não foi gasto, o que é positivo, afirma Marcos Mendes

Eduardo Curcio

PAULO O pacote de ajuda para que os governos estaduais enfrentassem a pandemia superou em 54% o impacto sofrido por essas administrações, transferindo para a União não apenas o choque efetivamente sofrido mas também um custo adicional que se reflete em elevados saldos de caixa em poder dos estados. De acordo com levantamento do economista do Inspere e colunista da Folha Marcos Mendes, o socorro já superou em R\$ 36,3 bilhões a perda de arrecadação e o aumento de despesas nessas 27 unidades da Federação. Segundo Mendes, apesar de a ajuda ter sido superdimensionada, o fato positivo é que o excesso de dinheiro praticamente não foi gasto pelos governadores e pode ajudar a enfrentar dificuldades que possam surgir em 2021, sem que seja necessário o socorro adicional que está em discussão em algumas propostas no Congresso. Ele calcula que haja uma reserva de pelo menos R\$ 34,6 bilhões nos caixas estaduais. As medidas de ajuda aos estados somavam R\$ 68 bilhões até setembro, segundo o levantamento. As transferências de recursos representaram R\$ 51,9 bilhões. A suspensão de pagamento de dívidas com União, BNDES e Banco do Brasil, outros R\$ 16,1 bilhões. A perda de arrecadação foi de R\$ 10,3 bilhões até setembro. Hoje ainda aumento de despesas de R\$ 21,1 bilhões até agosto, embora nem todo esse gasto extra esteja relacionado à pandemia.

A diferença entre os dois números representa um ganho de R\$ 36,3 bilhões para os estados. O valor deve subir até o fim do ano, dado que ainda há valores a serem liberados e a suspensão da dívida terá impacto de pelo menos mais R\$ 15 bilhões.

O levantamento mostra também que, no fim de agosto, os estados tinham em caixa R\$ 34,6 bilhões a mais do que na mesma data do ano passado. Ou seja, a maior parte desse dinheiro não foi gasta.

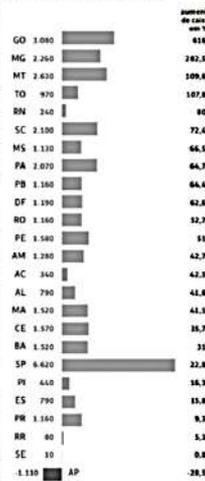
Isso mostra que o governo federal suportou o impacto da crise, permitindo aos estados liquidez além da necessária para passar a crise sem sacrifício fiscal, diz o estudo. Segundo o economista, tendo em vista a incerteza no momento em que a ajuda federal foi definida, é aceitável que se tenha errado para mais, pois havia previsão de queda intensa da arrecadação estadual, o que não se concretizou.

"Possivelmente um outro gasto excessivo do governo federal, no pagamento do auxílio emergencial, ajudou a manter a demanda (a despeito de ter agravado em muito a situação fiscal) e, com isso, sustentou a arrecadação", afirma o pesquisador, a férrea aprovada pelo Congresso era mais segura para o Tesouro Nacional, apesar do resultado final superestimado.

Uma versão anterior do projeto de socorro previa que estados e municípios seriam compensados na exata medida de sua perda de receita, mas essa fórmula trazia o risco de estimular a leniência na arrecadação estadual e municipal, com concessão de benefícios fiscais, por exemplo. Também permitia a prorrogação indefinida do auxílio.

Estados ainda têm R\$ 34,6 bi em caixa para enfrentar pandemia

Aumento do caixa em R\$ milhões*



Pacote de socorro supera queda de receita e aumento de despesa em R\$ 36,3 bi



*Diferença entre o saldo líquido em agosto de 2019 e de 2020. Não há informações para R\$ 18. **Cálculo até setembro para ganhos e queda de receita e até agosto para o aumento das despesas. Fonte: Marcos Mendes.

“O que não faz sentido, diz Mendes, é aprovar novo pacote de ajuda aos governadores. Ele cita um projeto de lei que está em tramitação no Congresso e que trata da finança dos estados, o PLP 101/2020.

A versão atual do texto inclui a previsão de novo alívio fiscal, com a suspensão do pagamento de dívidas com organismos multilaterais, com garantia do Tesouro, para os estados com boa capacidade de pagamento (notas A e B pelo critério do próprio governo federal), por até três anos com custo de R\$ 4,5 bilhões por ano para a União.

Nessa mesma linha, a Consultoria Legislativa do Senado afirmou em relatório que, em vez de contribuir para o equacionamento da crise fiscal que assola estados e municípios, a proposta poderá ser um veículo para simples flexibilizações das regras vigentes. Outra proposta citada por

Mendes é o PLP 117/2020, que prevê que os estados não voltem a pagar integralmente as dívidas com a União no próximo ano, estabelecendo uma retomada progressiva de janeiro de 2021 a julho de 2022 em razão da pandemia.

“Não parece fazer sentido socorro adicional em um contexto no qual a União está à beira de uma crise de dívida, e os estados, que ganharam grande alívio na crise, estão longe de fazer esforço para reformar a legislação de modo a garantir a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo”, diz o pesquisador.

“A discussão de um novo pacote para os estados precisa levar em conta os números aqui apresentados. Já houve socorro excessivo. Se nem isso foi suficiente, é porque já passou a hora de haver ajuste estrutural nas contas daquelas governos”.

Para Mendes, qualquer ajuda adicional, por menor que seja, deve ficar condicionada à aprovação de reforma da previdência no mínimo equivalente à da União.

Até o momento, os estados ainda não fizeram. Também deve se condicionar um novo pacote de ajuda à aprovação prévia de mudanças na Constituição que deem maior flexibilidade à gestão da política de pessoal, como a PEC Emergencial e a reforma administrativa no Congresso, diz.

Segundo Mendes, esse aumento de disponibilidades e receita líquida dos estados em plena crise contrasta com o que se observou no caixa do Tesouro Nacional.

O saldo da Conta Única do Tesouro, que em dezembro de 2019 era de R\$ 1,44 trilhão, estava, em julho de 2020, em R\$ 794 bilhões — queda de 45%. Nesse caso, pesam todas as transferências feitas durante a pandemia.

“O aumento do déficit federal foi tão elevado que não foi possível manter a regra integral da dívida pública, sendo necessário lançar mão das reservas para situação de estresse”, afirma Mendes, embora o pagamento de ajuda em excesso não seja uma boa notícia, o fato de boa parte desse excesso ter virado saldo de caixa não deixa de ser positivo.

Isso indica que a maioria dos governadores evitou gastar o que recebeu a mais, optando por reforçar o caixa e ter mais munção para enfrentar as dificuldades e as incertezas de 2021. Até porque teriam que voltar a pagar a dívida com a União e os bancos federais, e não se sabe qual será o comportamento da receita

Essa ajuda excessiva dá fôlego aos estados para que atravessem pelo menos um ano sem pedir novo socorro financeiro à União.

O levantamento também detalha o impacto em cada estado. Em termos percentuais, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Tocantins apresentaram aumento de caixa superior a 100%.

Em valores absolutos, destacam-se esses três, além de São Paulo, Santa Catarina e Pará, todos com mais de R\$ 2 bilhões de ampliação no caixa.

Na outra ponta, apenas o Amapá teve redução de caixa no período. Não há dados disponíveis sobre Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro sobre o saldo de caixa líquido.

Marcos Mendes economista

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Oito capitais têm mais de 80% de lotação de UTIs para Covid-19 **Impacto:** Neutro

B4 QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE S.PAULO ***

saúde

Oito capitais têm mais de 80% de lotação de UTIs para Covid-19

Perto da temporada de verão, hospitais das turísticas Rio de Janeiro e Florianópolis estão no limite da capacidade

PORTO ALEGRE, RIO DE JANEIRO, CURITIBA, BELO HORIZONTE, RECIFE, SALVADOR, RIBEIRÃO PRETO E MANAUS A turística Florianópolis, que vê na temporada de verão uma de suas principais fontes de receita, começou esta semana com quase todos os leitos públicos de UTI ocupados: 98%. No Rio de Janeiro, também destino de férias, o percentual chegou a 92%.

São oito, nesta semana, as capitais brasileiras com mais de 80% de lotação nos leitos públicos de UTI para a Covid-19, segundo levantamento da Folha com governos estaduais e prefeituras de todos os estados. Em meados de novembro, eram seis as capitais com pacientes graves ocupando mais de 80% dos leitos.

Também capitais nordestinas visadas por turistas no verão preocupam, caso de Recife, com 87% dos leitos de UTI ocupados, e Natal, com 92,9%. Ainda estão na lista Porto Alegre, Curitiba, Vitória e Campo Grande.

Em Santa Catarina, a ocupação cresceu de 75,66%, no último levantamento, para 86,5%. Com exceção do extremo oeste, o estado todo está classificado na cor vermelha, que significa risco gravíssimo para a doença.

"Era um cenário esperado. A dinâmica da Covid-19 mostra que quando há aumento muito grande de casos, isso é acompanhado por aumento de casos que evoluem para a forma grave e severa da doença, que precisam de UTI. Isso a Covid-19 já tinha nos ensinado no mês de maio", diz Fabrício Augusto Menegon, chefe do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

De acordo ele, a capacidade de resposta para disponibilizar novos leitos de UTI não é a mesma vista no pico anterior, em julho. Em nota, a Secretaria

de Saúde de Florianópolis diz que "o número de infectados aumenta a probabilidade de casos graves, sendo maior a probabilidade de ocupação de leitos de UTI" e que é a capital com a menor letalidade do país para a doença.

No Rio, a fila de espera por leitos vem crescendo. Havia 252 pessoas aguardando por um leito de UTI na rede pública no estado na segunda, o dobro do registrado cerca de duas semanas atrás. A pior situação é na capital, onde 92% das vagas estão preenchidas e a demanda ultrapassa a capacidade do sistema.

A lotação reflete uma redução da oferta de leitos nos últimos meses. O único hospital de campanha que sobrou foi o da prefeitura, já que a gestão do governador afastado Wilson Witzel (PSC) fechou todas as suas unidades. Agora, com o novo colapso, foi anunciada a abertura de vagas.

Tanto o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) quanto o governador em exercício Cláudio Castro (PSC) indicaram que não vão restringir serviços e têm insistido no argumento de que a testagem em massa, a fiscalização de eventos e a abertura de leitos são medidas suficientes.

Nos hospitais gaúchos, a ocupação das UTIs alcançou 81,7%. A maior parte do estado está classificada em bandeira vermelha. Apenas uma região, de Taquara, está classificada como laranja.

Em Porto Alegre, a ocupação média chegou a 87,18%. No final de semana, a Guarda Municipal de Porto Alegre e a Brigada Militar, a PM gaúcha, dispersaram aglomerações em bairro como Cidade Baixa e Moinhos de Vento.

No Paraná, a taxa de ocupação de leitos de UTI subiu de pouco mais de 55% para 87% em três semanas. A preocu-

pação em torno da estrutura hospitalar, que, segundo o governo, está no limite, gerou novas regras para tentar conter o avanço da pandemia. Há toque de recolher das 23h às 5h e os servidores voltaram a trabalhar remotamente.

A situação mais preocupante continua em Curitiba, em que 94% das UTIs estão ocupadas. Na segunda, restavam 17 vagas para adultos. Na sexta, a prefeitura baixou regras mais rígidas de circulação. O comércio, incluindo shopping e supermercados, só pode funcionar para entregas.

A região metropolitana já há registros de falta de leitos. Pacientes estão sendo encaminhados para hospitais do interior, onde ainda há vagas.

No estado de São Paulo, a ocupação dos leitos de UTI para Covid-19 passou de 43% há três semanas para 57% nesta terça, apesar de terem sido disponibilizados 204 novas vagas. Na capital paulista, a taxa subiu de 52% para 64% — todos os números representam a média móvel dos sete dias até as datas citadas.

No Nordeste, Recife e Natal apresentam as maiores taxas de ocupação de UTIs. Em Pernambuco, 87% das 839 vagas do governo estadual estavam ocupadas na segunda. A última vez que o índice havia chegado a este foi no dia 15 de junho. Dez novos leitos foram abertos na última semana.

No Rio Grande do Norte, a taxa de ocupação dos leitos regulados pelo governo estadual saltou de 42% para 65% no período, enquanto a oferta de vagas caiu de 203 para 197. No maior hospital em Natal, o Giselda Trigueiro, restavam apenas 5 leitos vagos em UTI; 21 abrigavam pacientes graves.

Na região metropolitana de Vitória, onde estão 338 leitos, a taxa chega a de 84,6%. "De fato vivemos uma segunda ex-

pansão da pandemia no estado", disse, em redes sociais, o médico Nésio Fernandes de Medeiros Júnior, secretário estadual de saúde.

Mato Grosso do Sul, que vinha em situação confortável, vive agora uma explosão de internações, saltando de 29% para mais de 80% de leitos. Na capital Campo Grande, com 84% de UTIs ocupadas, a prefeitura teve que contratar vagas do setor privado.

No estado vizinho, Minas Gerais, o total de ocupação de leitos é de 63,9%. Na capital, Belo Horizonte, a prefeitura proibiu consumo de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes a partir desta semana.

Na Bahia, a ocupação dos leitos chegou a 79% na segunda em meio ao que o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, afirma ser uma segunda onda. O crescimento do número de casos fez o governo e prefeituras endereçarem medidas para evitar a disseminação da doença.

No Ceará, a ocupação chegou a 73% nessa terça (8). O estado tem ampliado a oferta de leitos de acordo com o aumento da demanda — atualmente são 310 leitos de UTI para Covid-19, mas o estado já chegou a ter três vezes mais.

O Amazonas vive aumento de casos e de internações. A lotação em 82% no mês passado levou o governo a abrir 11 novos leitos exclusivos nas últimas semanas, o que ajudou a reduzir a taxa de ocupação para 74% na capital.

O Amazonas não possui leito de UTI em nenhum dos 61 municípios do interior. No entanto, desde o dia 1º de dezembro o governo reabriu bares e casas noturnas.

No Amapá, a ocupação de UTIs públicas, adulto e pediátrica, com casos de Covid-19, é de 78,7%. Segundo o boletim do dia 2 de dezembro, o mais recente no site da Secretaria Estadual de Saúde do Amapá, o estado chegou a 802 mortes registradas em decorrência da doença no dia 26 de novembro.

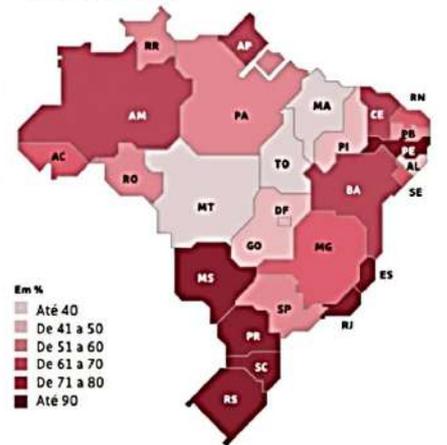
A situação é mais controlada em estados do Nordeste como Alagoas e Maranhão, do Norte e também no Centro-Oeste, apesar de a maioria registrarem alta de internações desde o último mês. Paula Sperb, Júlia Barbon, Ana Luiza Albuquerque, Diego Garcia, Katna Baran, Fernanda Canofre, João Valadares, João Pedro Pitombo, Marcelo Toledo e Monica Prestes

Oito capitais têm mais de 80% dos leitos de UTI ocupados

Em 7.dez, nas redes estaduais*



Ocupação nos estados



Obs: BA, CE, SE e a cidade do Rio incluem leitos federais, estaduais e municipais. MG contabiliza todos os leitos, e não apenas os para Covid-19. RS e SC incluem todos os leitos, e não apenas os para Covid-19 (estaduais, municipais e privados). PI inclui leitos estaduais, municipais e privados. Belém inclui os leitos da região metropolitana. Fonte: Governos estaduais e prefeituras.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: Novembro tem maior inflação em 5 anos

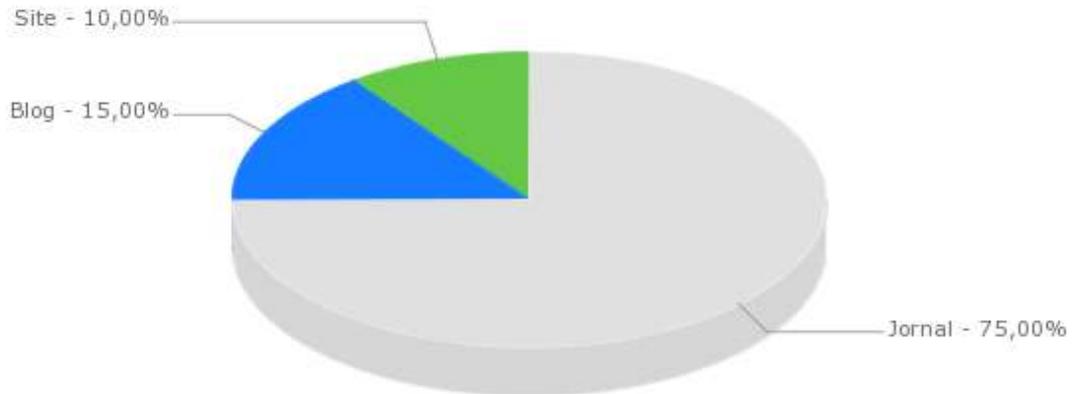
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
08/12/20	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Grupo vai discutir turismo sustentável nas cavernas de Felipe Guerra	Neutro	Matéria		A			
08/12/20	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Diversificar mercados e ampliar consumo são principais desafios	Neutro	Matéria		B			
08/12/20	Blog a Fonte	Blog		RN	Dezembro encerra 2020 com estimativa crescente de passageiros e voos no aeroporto do RN	Neutro	Matéria		B			
08/12/20	Blog Thaisa Galvão	Blog			Decreto do Estado faz recomendação a municípios e caberá às Prefeituras de Tibau do Sul e São Miguel a autorização dos réveillons de Pipa e Gostoso	Neutro	Matéria		B			
09/12/20	Portal Agora RN	Site	Natal	RN	Maior desafio da retomada é o desemprego, diz presidente da Fecomércio	Positivo	Entrevista		A			
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Inflação de novembro é	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					a maior para o mês desde 2015							
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Logística para vacinação custará R\$ 1,1 mi	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Com eventos cancelados, produtores têm prejuízos	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Câmara aprova projeto da 'BR do Mar'	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Ministro quer flexibilizar legislação trabalhista	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	RN se encaminha para segundo pico	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Inflação em alta complica a vida	Neutro	Artigo		A			
09/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Técnicos da Economia já avaliam extensão da calamidade com 2ª onda	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Inflação é maior para novembro desde 2015	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Estadão Expresso	Jornal	São Paulo	SP	Novo relatório da PEC emergencial prevê economia abaixo da estimativa	Neutro	Matéria		A			

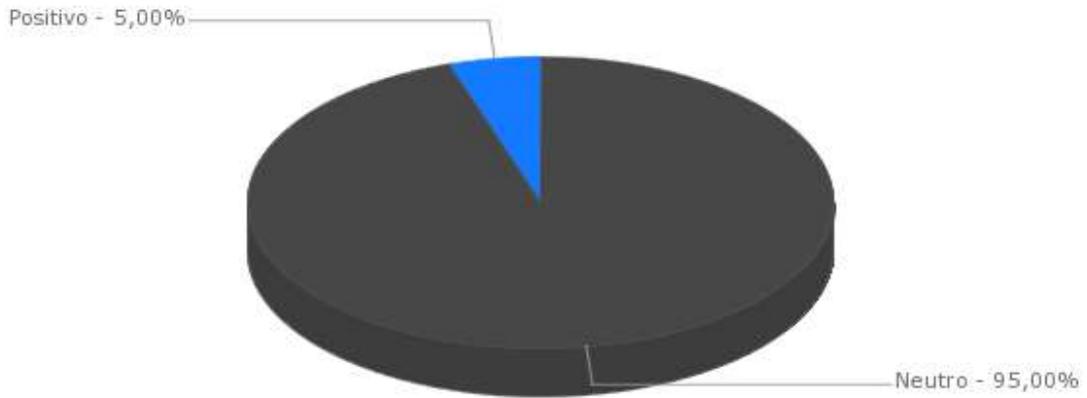
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					inicial							
09/12/20	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Gargalo na produção	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Relator recua e retira flexibilização do teto da PEC emergencial	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Ajuda a estados supera em R\$ 363 bi perda com pandemia, diz economista	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Oito capitais têm mais de 80% de lotação de UTIs para Covid-19	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Novembro tem maior inflação em 5 anos	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 20												

Clippings por Tipo de Mídia



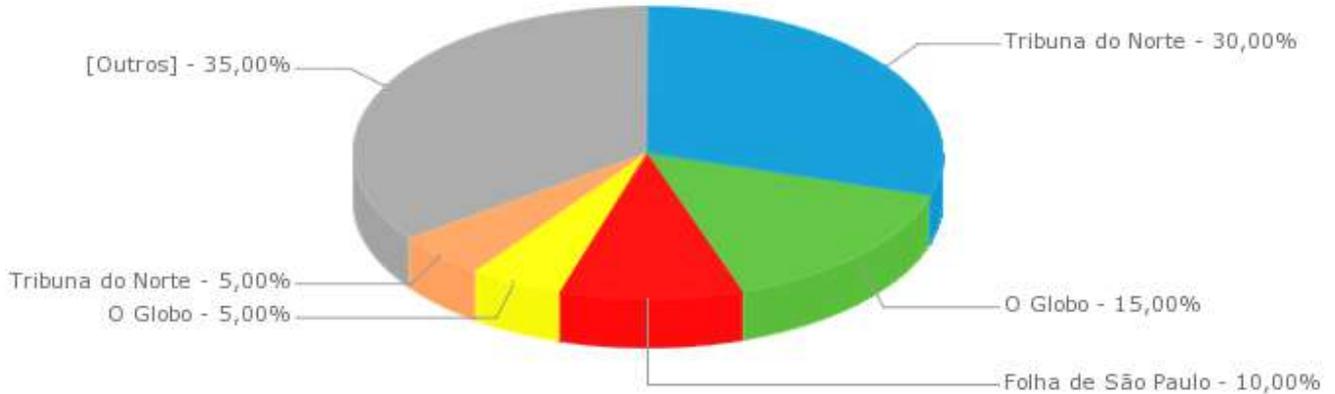
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	15	75,00 %
Blog	3	15,00 %
Site	2	10,00 %
		Total: 20

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	19	95,00 %
Positivo	1	5,00 %
		Total: 20

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Jornal	6	30,00 %
O Globo	Jornal	3	15,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	10,00 %
O Globo	Jornal	1	5,00 %
Tribuna do Norte	Site	1	5,00 %
Estadão Expresso	Jornal	1	5,00 %
Blog a Fonte	Blog	1	5,00 %
Blog Thaisa Galvão	Blog	1	5,00 %
Portal Agora RN	Site	1	5,00 %
Blog da Juliska	Blog	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
			Total: 20